

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

ESPAÇOS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO
SEGUNDO A PRIMEIRA CONFERÊNCIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RAQUEL KOCH

Campina Grande, outubro de 2006.

Raquel Koch

ESPAÇOS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO
SEGUNDO A PRIMEIRA CONFERÊNCIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Campina Grande, como requisito *para*
para obtenção do grau ~~de especialista em~~ *lic*
~~Historiografia e Ensino de História.~~ *---*

Orientador: Prof. *MS* Alarcon Agra do Ó

Campina Grande 2006



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2023.

Sumé - PB

SUMÁRIO:

Introdução	01
Capítulo I	04
Capítulo II	16
Conclusão	44
Referências Bibliográficas	46
Anexos	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da incessante e prazerosa arte desempenhada pela profissão de historiador. É o resultado de leituras e pesquisas realizadas durante o curso de Especialização em Historiografia e Ensino de História pela Universidade Federal de Campina Grande - PB.

Movida pela idéia de conhecer uma parte da história ainda não desvendada de todo pela historiografia brasileira, venho aqui, tentar mostrar os caminhos percorridos por intelectuais brasileiros no decorrer dos anos de 1920 junto à Primeira Conferência Nacional de Educação.

Trata-se de uma pesquisa em fase de desenvolvimento, por isso apresenta ensaios do caminho que poderemos vir a percorrer em um posterior trabalho de tamanho e profundidade teórica mais extensos e mais profundos.

A Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE) foi um importante evento educacional realizado no Estado do Paraná na década de 1920. Promovido pela Associação Brasileira de Educação, o encontro aconteceu na cidade de Curitiba, entre os dias 19 e 27 de dezembro de 1927. Contou com a participação de muitos intelectuais ligados a educação de vários Estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato

Grosso, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Os anos vinte do século passado tornaram-se um marco na história da educação brasileira, o que podemos constatar pela grande quantidade de eventos que permearam o desenvolver de uma preocupação com a educação voltada para a modernidade, cujos alicerces estavam emergindo em meio à sociedade brasileira daquela época. Alguns desses eventos foram o Congresso Brasileiro de Proteção a Infância (CBPI) em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC) que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro em 1922. Eventos desse porte, realizados por educadores brasileiros tornaram-se de suma importância para o surgimento de muitas produções culturais que vieram a posteriori.

Partindo desse pressuposto a mobilização da sociedade e dos educadores manteve aceso o debate educacional que acabou impulsionando em 1930 a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e também à criação da Associação Brasileira de Educação (A B E) cuja organização acabaria constituindo a estruturação do sistema educacional ainda muito precário no Brasil dessa época.

Tenho como crença que nesse trabalho as teses da I CNE formam um corpus documental privilegiado para análise do discurso educacional brasileiro da Primeira República, pois reúne não somente as propostas do governo do Estado do Paraná e da Associação Brasileira de Educação – enquanto organizadores do

evento – mas também, a participação dos professores e demais congressistas que trouxeram para debates as particularidades e singularidades de seus referidos estados, mostrando aquilo que eles entendiam como problemas educacionais mais acentuados para a época.

Na primeira parte do trabalho, Capítulo I, faremos uma análise do contexto que envolvia o Brasil no momento que acontece a Primeira Conferência Nacional de Educação. Esta análise será empreendida a partir do discurso contido nas próprias teses publicadas desde 1997.

No segundo capítulo, faremos a delimitação do próprio evento, mostrando a sua organização e funcionamento. Também iremos observar, de forma mais profunda, o discurso que encontramos em duas, das 112 teses: “A Escola Nova” e “Educação e Higiene Mental”.

CAPÍTULO I

A década de 1920 é considerada um marco na historiografia brasileira, e nela são encontradas transformações nos mais variados aspectos da nossa experiência histórica.

A História Política certamente tem refletido de forma mais regular sobre esse período – contudo, outras especialidades da História têm se dedicado aos anos 1920, também com sucesso. Entre estas outras abordagens podemos destacar a História Econômica, a História Social, a História da Educação, a História das práticas culturais, entre outras.¹

De maneira geral, é possível afirmar que a década de 1920 tem sido estudada nestes campos como uma época em que os problemas mais evidentes da experiência brasileira se traduziam sob os signos da modernidade, da civilidade, da modernização – entendidos estes como projetos e como práticas sociais vinculados aos desejos de mudanças, de progresso, de transformação, de rupturas.²

Considerando os estudos já realizados acerca da educação brasileira julgamos importante buscar, no processo de formação da história da educação no

¹ Sobre as várias formas da história, cf: BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. Especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

² A historiografia sobre o período é vasta, mas vale conferir: REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) Encantos modernos. Histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, PE: Governo do Estado, Secretaria de Cultura, FUNDARPE, 1997; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Brasil, o momento em que se constituiu o evento da Primeira Conferência Nacional de Educação.

Ora, a partir da segunda metade da década de 1920, tornaram-se evidentes os sinais de que os modelos pedagógicos que vinham sendo aplicados no Brasil começavam a ser considerados ultrapassados. Muitos intelectuais daquela época entendiam que uma reforma na educação brasileira seria a grande alavanca para dar suporte ao restante do país vir a se tornar uma nação moderna e civilizada.³

Um dos espaços deste debate foi a I CNE realizada no Teatro Guairá, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

O evento, por ser de âmbito nacional, contou com a participação de muitos intelectuais vindos de vários Estados brasileiros. Promovido pela ABE⁴, sua duração foi de oito dias, entre 19 e 27 de dezembro de 1927. No decorrer do evento foram apresentadas e discutidas 112 (cento e doze) teses. Estas teses eram organizadas em forma de textos pelos quais os participantes discorriam sobre os temas propostos para o evento e pela qual as idéias eram levadas à discussão em Assembléia. Em sua grande maioria, eram aprovadas unanimemente, e discorreram sobre vários assuntos educacionais, com destaque para o ensino da moral e do civismo, a educação higiênica, a uniformização dos métodos e programas, novas metodologias de ensino para a língua portuguesa (com ênfase na educação aos imigrantes) e questões didáticas diversas

³ Cf. FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR., Moysés. (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002; GHIRALDELLI JR., Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003.

⁴ Associação Brasileira de Educação.

(destacando-se a organização dos museus e novos métodos tendo em vista o ensino intuitivo).

Os participantes da I CNE objetivavam propor novos métodos que dessem a educação os contornos necessários à nova função social, que segundo os congressistas, passava a assumir naquele momento. Tendo por meta congregar o povo brasileiro em torno do ideal de unidade em vista do desenvolvimento nacional, estes debatiam quais caminhos tomar e quais metas desenvolver para elevar o Brasil ao nível de uma nação civilizada. Sanar, educar e unir o povo em volta do sentimento nacional eram, em síntese, os objetivos que levaram tais intelectuais ao debate na ICNE.

Segundo Touraine⁵ o nacionalismo é uma *“mobilização do passado e da tradição a serviço do futuro e da modernidade”* ou seja, o projeto nacionalista que levaria o Brasil ao alcance do futuro próspero pretendia moldar e dar forma a um ser humano que não precisaria ser especificamente moderno, mas modernizador nos seus atos e atitudes frente ao que esse viesse a construir.

No sentimento e nos discursos dos intelectuais vigorava a sede pela mudança, à vontade de transformação e a aspiração pelo moderno, porém, tudo isso caminhava lado a lado com o peso de uma tradição, cujas bases ainda persistiam e apareciam dentro da sociedade brasileira naquela época.

O “novo”, o “moderno” o “progresso” estavam emergindo, contudo, essa ruptura com o passado atrasado e arcaico não acontecia de forma abrupta, mas

⁵ TOURAINE, Alain. In: *Crítica da modernidade*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

de forma bem visível e lenta. Isso é perceptível quando os intelectuais e congressistas da I CNE faziam alusão a uma moralidade intrinsecamente enraizada na tradição. Fernando Luis Osório enfatiza essa questão na tese de número 43:

*“Cogitaremos do sistema sistematizante que terá o Brasil para fortalecer a sua unidade moral, a sua consciência de constituir um todo sociológico, por que se o Brasil não tivesse fundamentos morais em que se deve basear as melhores aspirações nacionais, bem se compreende que não poderia realizar a sua missão cultural, a missão que constitui o seu natural destino no concerto humano”.*⁶

Isso revela a incerteza proveniente do enfrentamento com o “novo”, pretendia-se a unidade da nação, a civilidade e o moderno, mas, no entanto, queria-se sustentar tais desejos de modernidade sob aspectos tradicionais permanentes naquela sociedade.

Muitas das teses debatidas na Conferência possuíam características comuns em oferecer propostas de soluções para os problemas que envolviam a nação brasileira. Seguindo esse raciocínio, as teses muitas vezes acabavam por dar ênfase à gravidade de tais problemas, mostrando um país em precárias condições educacionais e sociais, para atribuir, com isso, maior credibilidade e urgência das propostas.

⁶ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 43. Pp: 250.

Na primeira tese já percebemos o quanto essa questão era de interesse para os congressistas:

“São verdades duras que precisam ser expostas sem rebuços, para que mudemos de rumo, orientando a política para a valorização do homem, pela educação somatopsíquica, e a da terra, pelo saneamento e pelo seu retalhamento em colônias saneadas, fazendo da saúde um culto religioso, para que possam as novas gerações guiar o carro da Nação por uma estrada plana e suave de civilização, conquistada pelo trabalho livre e vitalizador de um povo dignificado pela saúde, apto para realizar a sua tríplice finalidade biológica e firmar solidamente a consciência nacional.”⁷

“O futuro pertence aos povos mais preparados” era assim que o congressista Mario Pinto Serva inaugurava a sua fala nas discussões da sua tese “A União e a Educação Nacional” no Palácio Guairá. Preocupado com o futuro da nação brasileira também enfatizava a questão de que o progresso e a modernidade só surgiriam nos caminhos do Brasil se o Poder Público brasileiro priorizasse uma reforma urgente na educação. Sendo assim, os problemas brasileiros seriam resolvidos a partir da educação e as futuras gerações estariam preparadas e calçadas com alicerces seguros de uma nação moderna e unida.

“O problema da educação do povo brasileiro é o mais nacional de todos os problemas. É o maior problema da história nacional. É quase o único problema nacional, porque a educação, generalizada e ampla,

⁷ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 01. Pp: 31.

naturalmente por si, resolve todos os demais problemas. É a infraestrutura da organização coletiva".⁸

Segundo Bona Junior, essa questão também foi publicada na imprensa nacional pelo Diário da Tarde no decorrer da Conferência:

"A educação do povo é à base de todo o progresso. Todos os brasileiros futuros serão melhores e mais cultos conforme a organização nacional do ensino que instituímos hoje, conforme as escolas que montamos na atualidade" (DIÁRIO DA TARDE, 26/12/1927).⁹

Deodato de Moraes¹⁰ um dos congressistas e representante do Distrito Federal na I CNE também ressaltou que o Brasil necessitava urgentemente de uma reforma educacional. Segundo seu pensamento, só a partir de uma renovação na educação o Brasil poderia vir a traçar um novo perfil para as futuras gerações, estabelecendo, portanto, a base necessária para a reconstrução do país.¹¹

Cativados pelo desejo de progresso face ao desenvolvimento de países europeus e dos Estados Unidos da América, os intelectuais brasileiros entendiam que era necessário unir os brasileiros em torno desse objetivo e apostavam na

⁸ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 103. Pp: 643.

⁹ Aurélio Bona Júnior apresentou frente à Universidade Federal do Paraná sua dissertação em Mestrado "Educação e Modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná" no ano de 2005.

¹⁰ Conferencista e autor das teses de nº 99 e nº100 intituladas "A Escola e a Família" e "A Escola Nova" respectivamente.

¹¹ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 100.

educação como possibilidade de concretização de tal desejo. Esse pensamento, porém, só começa a vigorar entre os intelectuais a partir do início do século vinte. Até então, desde a ascensão da República, os intelectuais responsáveis por essa nova ordem nacional permaneciam comprometidos com as questões jurídicas do novo regime, deixando, de certa forma de lado, as questões educacionais que viriam mais tarde a se tornar de suma importância para essas pessoas.

A sociedade dos anos de 1920 estava vivenciando ares que acabavam por se confundir com aqueles conhecidos pelas grandes cidades européias. A população intelectualizada, que detinha nas mãos os maiores poderes, almejava fazer uma verdadeira reforma nas principais cidades brasileiras, pretendendo com isso elevar o Brasil a uma nação civilizada. Esse processo de urbanização que se verifica no país indica mudanças significativas na organização das cidades que vai desde a racionalização do espaço urbano, a saúde, a higiene e a produção cultural - chegando até a alterar as sensibilidades dos brasileiros.¹²

"Insere-se em um programa de inovações sócio-culturais pelo qual se passava a cidade do Natal com a instauração de avenidas com iluminação elétrica, hospitais, fábricas, saneamentos, rede de telefonia, bondes elétricos, abastecimento de água, reforma de teatros e todo um aparato artístico, urbanístico e cultural. É a construção de espaços regulares e higienicamente projetados promovendo o novo."¹³

¹² SAMPAIO, Gabriela dos Reis. "Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro imperial". Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001.

¹³ STAMATTO, Maria Inês Sucupira. ARAÚJO, Marta Maria de. "Grupos Escolares: uma nova forma de cultura escolar da modernidade. (Natal, 1908-1913)" In: Encontro de Pesquisa educacional do nordeste: história da educação. Natal, 17 a 20 de junho de 1997. EDUFRRN, 1997.

Por ocasião dos grandes fluxos migratórios da zona rural para as principais cidades brasileiras, a população que começava a construí-las tinha uma formação cultural diferenciada daquelas presentes na classe em ascensão. Um dos motivos que levavam os brasileiros as grandes cidades estava relacionado com as grandes secas que assolavam o país naqueles anos. Isso levou uma gama de pessoas a se mudarem para as grandes cidades, e abruptamente, fazer crescer desordenadamente o número das suas populações. Todo esse quadro fazia com que a população se distanciasse largamente dos ideais de norma e higiene pretendidos pelos republicanos.

As decisões a cerca do que seria necessário mudar nas cidades para torná-las modernas eram tomadas de cima para baixo. O poder público tomava as medidas que achava por bem baseado nos debates de políticos e intelectuais e em iniciativas de governos de outros países, principalmente da Europa, cujas cidades representavam na época a referência em termos de civilização. O restante da população não era consultada sobre a necessidade de tais mudanças.

A elite intelectual defendia o discurso da incorporação de hábitos higiênicos como sendo os únicos responsáveis por uma vida saudável. O espaço escolar, por sua vez, não ficava imune a esse controle. A tese de Belisario Penna¹⁴ expressa a preocupação em ver o ambiente escolar dentro dos padrões higiênicos exigidos:

¹⁴ Membro da Associação Brasileira de Educação e autor da tese Número 1 intitulada "Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar".

"Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática e dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie."¹⁵

A modernização do país exigia uma escola diferente da que historicamente se conhecia: tradicional e humanista. Atender as necessidades de uma recém chegada industrialização, exige um outro tipo de trabalhador, assim como, um outro tipo de escola e de conhecimento. Somente a partir do processo de modernização, que se inicia nos anos 1920 e 1930, é possível de fato pensar uma outra escola que não apenas aquela tradicional que se tinha conhecimento. Nas teses da I CNE a escola assumira esse papel de instituição indispensável na formação científica dos brasileiros. Porém, ela era apresentada como uma instituição defasada nos seus métodos e programas, portanto, impossibilitada em cumprir com eficiência o papel de construidora de uma verdadeira nação.

É nesse contexto que os intelectuais da sociedade brasileira se reuniram na I CNE, acreditando que era necessário elevar os brasileiros culturalmente e tecer neles uma consciência nacional que os identificasse como povo, e não apenas como habitantes do solo brasileiro. A partir da educação, os brasileiros poderiam se tornar instruídos, garantindo, com isso, uma identidade nacional.

Embora esse pensamento de vitória e crescimento estivesse quase que por inteiro nas mentes dos intelectuais brasileiros, a educação no Brasil, ainda estava

¹⁵ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº1. Pp. 33.

enraizada por atitudes que ligavam os seus métodos àqueles tradicionalistas. Tinha-se como exemplo de modernidade os países de Primeiro Mundo, e o desejo de chegar a um mesmo patamar fez com que a capacidade de produzir e se desenvolver passasse a ser considerada prioridade nacional. Dessa forma, entendia-se que modernizar os métodos educacionais seria direcioná-los, organizando as forças para uma educação que efetivamente contribuísse para o crescimento do país.

Promover um projeto que conseguisse erradicar do cenário nacional os males do seu atraso, identificados com o analfabetismo e a doença, significava a possibilidade de a nação estabelecer as bases para promover o ajustamento e a inserção do país à ordem capitalista internacional fomentando e potencializando progressos técnicos e científicos na edificação de uma nova idéia de civilização.

O alto índice de analfabetismo figurava um grave problema dentro deste quadro de atraso nacional. Acreditava-se que um país de analfabetos jamais conseguiria se elevar enquanto nação, pois jamais poderia possuir consciência nacional.

Manoel Pedro de Macedo representante de Ponta Grossa PR afirmou na sua tese “A unidade nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura mora, de número 54:

“Já disse Miguel Couto, há poucos dias, que a instrução do povo é um dos maiores problemas que temos a enfrentar. Realmente, eu a considero também a nossa emancipação intelectual e política.”¹⁶

Ainda na mesma tese o autor enfatiza que jamais qualquer país poderá vir a ser uma grande potencia e representar uma força consciente e digna entre os demais se não possuir uma população completamente alfabetizada.¹⁷

O combate ao analfabetismo só surtiria efeito na sociedade brasileira se fosse desempenhada uma campanha a nível nacional, envolvendo todos os Estados da nação. Segundo Sebastião Paraná, representante do ginásio paranaense:

“Cumpra a cada um carregar a sua pedra para a ereção do grande monumento. (...) O Brasil precisa de instrumentos vivos de trabalho e de produção. Precisa dar ao povo, nomeadamente a mocidade – que é a esperança, a guarda avançada da Pátria – uma completa instrução elementar e um perfeito preparo profissional. Precisa mobilizar a sua mocidade, principalmente para sua conquista de seu futuro bem-estar.”¹⁸

Portanto, se desejava a partir do combate ao analfabetismo brasileiro elevar o país ao nível de nação civilizada e combater o constrangimento que o país sentia frente aos povos cultos e assim ter o direito de tomar parte nos certames

¹⁶ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 54 Pp. 317.

¹⁷ Id, ibid. Nota 16

¹⁸ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 59 pp. 343.

internacionais. Seria para os intelectuais e conferencistas “*A instrução popular questão de vida ou de morte para as sociedades modernas. (...) povo que tem as melhores escolas será sempre o primeiro povo.*”¹⁹

Deste modo, o atraso cultural e científico do povo brasileiro era apontado como um dos principais impedimentos ao progresso da nação. Esse impedimento estaria diretamente relacionado o alto índice de analfabetos existentes no país e a ignorância atribuída ao povo brasileiro.

¹⁹ Id, ibid. Nota 18. Pp. 346.

CAPÍTULO II

Debruçar-se sobre a história da educação brasileira não se torna uma tarefa fácil de ser realizada. Implica efetuar escolhas, construir hierarquias, elaborar análises que acabam por instituir um passado para o campo de pesquisa. Esclarecer as escolhas feitas e as hierarquias construídas oferece ao leitor a possibilidade de outras chaves de leitura para o texto.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que a obra escolhida para análise foi selecionada a partir de prismas que pudessem nos levar à possibilidade de um aprofundamento de temas ainda merecedores de atenção na história da educação brasileira.

Trata-se aqui de se estudar os anais da Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE) realizada no ano de 1927 na cidade de Curitiba capital do estado do Paraná. Estes anais nos chegam, na atualidade, através do trabalho de edição organizado por Maria José Franco Ferreira da Costa, Denílson Roberto Shena e Maria Auxiliadora Schmidt. A publicação deste material teve, segundo seus organizadores, o intuito de homenagear todos aqueles que se dedicaram e fizeram acontecer o evento naquela época.

Os anais do evento publicados pelo INEP²⁰ tornaram-se um documento de valor inestimável para a educação do Brasil, principalmente, no que tange ao debate em torno do que seria uma educação voltada para a modernidade, o qual assolava o pensamento intelectual do país nos anos vinte do século passado.

A parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) possibilitou aos organizadores a recuperação quase que na íntegra de todo o material arquivado. Entre esse material estão as 113 (cento e treze) teses²¹ apresentadas, o registro da ata de abertura, a sessão de encerramento, as assinaturas dos presentes, os trabalhos desenvolvidos pela comissão de organização e por fim a participação da mídia no evento. Das cento e treze teses apresentadas, quatorze delas não foram localizadas, muito embora seus pareceres foram resgatados por inteiro. Já, duas de todas as teses apresentadas, não foram encontradas e nem aos seus pareceres, se perdendo o material por completo.

A Primeira Conferência Nacional de Educação foi realizada no Teatro Guairá na cidade de Curitiba capital do Estado do Paraná entre os dias 19 e 27 de dezembro do ano de 1927 e promovida pela ABE²² sob organização do professor Lysímaco Ferreira da Costa, que no momento ocupava o cargo de Inspetor Geral de Ensino no Estado do Paraná. O evento alcançou patamares nacionais contando com a participação, além de uma gama de professores do estado do Paraná, 16 delegações de professores representando diversos Estados

²⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

²¹ As teses eram textos pelos quais os participantes discorriam sobre os temas propostos para o evento, forma pela qual as idéias eram levadas à discussão em Assembléia.

²² Associação Brasileira de Educação.

brasileiros: Alagoas, Amazonas, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e São Paulo.

A Conferência teve como intuito maior à discussão acerca do direcionamento dos caminhos que o Brasil deveria tomar para se tornar um país educacionalmente inserido em um cenário mundial tido então como moderno.

Como se sabe, o Brasil, nas décadas iniciais do século XX estava vivendo um processo de articulação do projeto de modernidade e civilidade desenhado para tirar o país e o seu povo do estado de atraso. Esse estado de atraso era pensado por muitos intelectuais baseados em ideais de modernidade e civilidade vindos principalmente dos Estados Unidos da América e da Europa, cujo momento viviam como o auge da modernidade do século XX.²³

Aqueles intelectuais traziam consigo a convicção quanto ao poder da educação como sendo o elemento principal de ponte para o progresso e para a civilização. Educar significava não só assegurar os interesses do país, mas também de criar a identidade do povo brasileiro. A partir dos seus ideais a reconstrução social e nacional do país não poderia ser realizada senão por uma educação sólida capaz de dar as novas gerações à consciência de seu destino e prepará-las para viver num ambiente de compreensão e solidariedade.

²³ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Introdução à História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

Acreditavam os participantes da I CNE ser imprescindível a reorganização dos aparelhos educacionais a fim de realizarem iniciativas em prol da sociedade brasileira, superando, assim, os procedimentos tradicionais de ensino e caracterizando-se pelo esforço de esboçar a formulação de uma política que orientassem os princípios pedagógicos que deveriam guiar a educação do país.

O professor Antonio Tupy Pinheiro da Escola Normal de Paranaguá - PR esboçou na sua tese a necessidade de pensar o Brasil como um país disposto a rever os seus discursos educacionais e a suas atitudes frente ao futuro do país.

“(...) baseados em elementares princípios de educação, que não, pois o dever da escola é o de dar assistência educativa completa aos filhos do País, e só se poderá obtê-la dentro de programas racionalmente elaborados, com o cumprimento de seus dispositivos por professores técnica ou moralmente preparados, capazes de compreender a responsabilidade que assumem.”²⁴

Esse tipo de discurso esteve presente não só na tese de número dois, mas em outras tantas que de alguma forma também procuravam mencionar a importância da discussão para a tentativa de levar o país à ascensão de um futuro melhor e mais promissor.

As teses foram organizadas em forma de temas, como: 1- A unidade nacional (pela cultura cívica, pela cultura literária, pela cultura moral); 2- A uniformização do ensino primário nas suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas; 3- A criação de escolas normais superiores em diferentes pontos do

²⁴ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 2. Pp:35

país para preparo pedagógico; 4- A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário.

O tema que estava voltado pra a unidade nacional transpassava a idéia de que o pensamento educacional do Brasil nos primeiros anos do século passado se encontrava envolvido por uma febre de otimismo pedagógico, do qual, começou a tomar conta dos principais governos estaduais do Brasil, o que provocou uma série de reformas de ensino em vários Estados da União.

Estas propostas de reformas estavam presentes nas discussões apresentadas na Primeira Conferência de forma que podemos perceber com muita clareza a preocupação com a modernidade e unidade nacional dos intelectuais envolvidos no evento.

Ainda na tese de número dois, o professor Antonio Tupy enfatizava mais uma vez a importância do Brasil tentar dar rumo ao seu futuro combatendo por inteiro o analfabetismo, um dos temas discutidos na conferência: *“Um programa assim, de combate ao analfabetismo, da, por certo, um passo à vanguarda gloriosa”*²⁵ Ou ainda, o autor faz menção a um uma frase de Gustavo Le Bon *“A educação é a base fundamental de todas as reformas”*. Pretendia-se mudar o Brasil, levá-lo a alcançar o glorioso patamar de uma nação moderna passando também por uma reforma considerável na educação brasileira.

Durante as décadas de 1920 e 1930, mas principalmente nos anos 1920, os intelectuais-educadores objetivaram formular novas concepções e estratégias de

²⁵ Id, ibid. Nota 25.

organização da cultura e da educação, tendo como ponto central de suas intenções a questão da modernização econômica e cultural do país. Para isto, buscaram justificar seus projetos a partir da construção de um discurso científico identificado com o planejamento e a produção de diagnósticos sobre a realidade social brasileira, principalmente na questão do analfabetismo, cujas bases repercutiam na sociedade mundial como um Brasil miserável e atrasado.

Essa preocupação em promover projetos que conseguissem excluir do cenário nacional os males do seu atraso significava a possibilidade do Estado brasileiro estabelecer as bases para promover o ajustamento e inserção do país a ordem capitalista internacional, tornando assim o Brasil um país propício a novas idéias, novos progressos técnicos e científicos, a novos ideais de civilização.

Antes da realização do evento de 1927 em Curitiba, educadores brasileiros já haviam se empenhado na luta pela implantação de novas idéias sobre a educação brasileira.

Em 1924, na cidade do Rio de Janeiro acontece a criação da Associação Brasileira de Educação a partir da aproximação de alguns intelectuais, tais como professores, médicos, engenheiros e advogados preocupados em discutir questões que estivessem ligadas aos problemas educacionais que assolavam o país naqueles anos.

Otaíza de Oliveira Romanelli em "História da Educação no Brasil (1930/1973)" enfatiza a criação da ABE como uma alternativa encontrada pelos

seus fundadores para se fazerem ouvir junto às autoridades brasileiras buscando a sensibilização frente aos problemas mais cruciantes da educação nacional:

"(...) foi todavia a medida pratica tomada pelo movimento pra objetivar os seus propósitos e ganhar forças junto as autoridades competentes e evidenciar a extensão daqueles problemas. Ela representava, antes, a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo no engajamento por uma luta que iria perdurar alguns decênios."²⁶

Cativados pelo desejo de progresso face ao desenvolvimento dos países estrangeiros, os intelectuais brasileiros entendiam que era necessário unir os brasileiros em torno desse objetivo e apostavam na educação como possibilidade de concretização desse desejo. Por isso, segundo ainda Romanelli, *"Era, portanto, o movimento renovador que iria ter na ABE seu órgão representativo e seu centro divulgador"*²⁷

Assim, a ABE foi criada para ser um lugar privilegiado de debate educacional. Segundo Romanelli, nos seus três primeiros anos de existência seus debates foram restritos a pequenos círculos, limitando-se, aos intelectuais que a compunham. No entanto, a partir de 1927 essa instituição ganhou maior visibilidade e abrangência frente ao cenário educacional brasileiro quando passou a promover conferências a âmbito nacional.

Partindo desse pressuposto, a criação da ABE torna-se decisiva, tanto para que o Brasil desse um passo importante frente à educação mundial, como

²⁶ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. "História da Educação no Brasil (1930/1973)" 3ª Edição, Petrópolis. Editora Vozes LTDA, 1982. Pp: 129.

²⁷ Id, ibid. Nota 26. Pp 129.

também, para que o evento da I CNE viesse a acontecer no ano de 1927. Segundo Aurélio Bona Junior²⁸ a ABE publica em um boletim informativo de outubro de 1927 a importância da criação de eventos em forma de conferências para que o Brasil caminhasse unido em prol da sua educação.

“Prosseguindo na execução de seu programa educacional, resolve a Associação Brasileira de Educação realizar, em todos os Estados do Brasil, conferências nacionais de educação com a participação de todas as unidades federativas, visando a congregação de todos os professores brasileiros em torno dos mais elevados ideais de civismo e de moral. Combatesse destarte o espírito separatista que por vezes se revela aqui, ou ali, trabalhando-se nobremente pela unidade nacional (ABE, 14/10/1927).”²⁹

Esse boletim, ainda segundo Bona Junior, “(...) é o resultado de três anos de debates dentro dessa associação, dos problemas enfrentados pelo país e o papel da educação na solução dos mesmos.”³⁰ Dessa maneira podemos entender que os problemas educacionais brasileiros nas primeiras décadas dos anos vinte do século passado alcançavam realmente um papel de destaque nas discussões entre autoridades educacionais do país. Levando assim, as vias de fato a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação.

Em uma sessão preparatória realizada um dia antes da abertura do evento foram constituídas as mesas de trabalhos e as comissões de avaliações das teses que iriam ser apresentadas. Compareceram a essa sessão preparatória um

²⁸ Aurélio Bona Júnior apresentou frente à Universidade Federal do Paraná sua tese de dissertação em Mestrado “Educação e Modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná” no ano de 2005.

²⁹ Id, ibid. Nota 28. Pp 30.

³⁰ Id, ibid. Nota 29.

número de 300 congressistas cujos trabalhos foram dirigidos por Manoel B. Vieira Cavalcanti, presidente do Superior Tribunal de Justiça. Nesse momento foram estabelecidas oito comissões pra estudo das teses levadas a Conferência, sendo duas delas para o ensino primário, uma para o ensino secundário, uma para o profissional e superior, três para assuntos gerais e por fim uma para educação higiênica.

O início da I CNE se deu no dia seguinte – 19 de dezembro – e teve, segundo Bona Júnior sua programação publicada pela imprensa local:

“Às nove horas deverão achar-se na Praça da Universidade os grupos escolares da capital, para ginástica e passeata cívica, de acordo com o que está estabelecido pela Inspetoria Geral do Ensino. Às 13 horas se realizará a instalação da Primeira Conferência Nacional de Educação, no Teatro Guairá. Não há traje de rigor. Todos os lentes e professores dos institutos de ensino da capital deverão comparecer. Às 18 horas e meia, com presença de altas autoridades e de todos os congressistas serão inauguradas na Escola Normal e depois no Grupo Escolar Xavier da Silva, e na Escola Profissional Feminina as exposições escolares (GAZETA DO POVO, 18/12/1927).”³¹

Tento iniciado solenemente os trabalhos, estes foram organizados por ordem de apresentação e discussão nas sessões plenárias, da mesma maneira que segue abaixo na tabela demonstrativa organizada por: número das teses, título*³² e autores.

³¹ Id, ibid. Nota 30

³² O uso desse símbolo (*) em algumas teses indica que estas não foram encontradas e publicadas nos anais da I CNE.

Nº	Título	Autor
01	Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar	Belizário Penna
02	Ensino da leitura inicial pelo método de palavras geradoras.	Antônio Tupy Pinheiro
03	O Brasil carece da difusão do ensino popular da geografia	Isaura Sydney Gasparini
04	Antagonias da didática na unilateralidade do ensino	Renato de Alencar
05	Necessidades da pedagogia moderna	Lindolpho Xavier
06	Divertimentos Infantis	M ^a Luiza C. Azevedo
07	O ensino superior no Brasil*	João Macedo Filho
08	A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927	<i>(sem referência ao autor)</i>
09	Comunicação sobre o Bureau International D'education	Laura Jacobina Lacombe
10	Liga para Instrução popular	João Arruda
11	A educação no Futuro	Rachel Prado
12	A instrução da academia feminina*	Lúcia Miguel Pereira
13	Seleção e estalonagem das classes infantis pela psicometria e pela fisiometria	Lúcia Magalhães
14	Código de moral da escola Prudente de Moraes*	s/ referência ao autor
15	Organização dos museus escolares: sua importância	Nicephoro M. Fallarz

	importância	
16	Rádio educação do Brasil*	Roquete-Pinto
17	Pela educação estética	Fernando N. Sampaio
18	A higiene pelo hábito*	Deodato de Moraes
19	A higiene na escola*	Heitor B. de Macedo
20	<i>Sem informação*</i>	
21	Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra a lepra	Alice de Toledo Tibiriçá
22	O ensino das línguas modernas	João Brasil S. Júnior.
23	O cinematógrafo escolar	América Xavier M. Barros
24	A educação e a paz	Laura J. Lacombe
25	O teatro e sua influência na educação	Décio Lyra da Silva
26	Normas didáticas a que se deve obedecer no ensino do português aos filhos de colonos estrangeiros	Nicolau Meira de Angelis
27	Uma palavra de atualidade	Amélia R. de Martins
28	Há necessidade de se tornar rigorosamente obrigatório o ensino primário elementar no território paranaense?	Segismundo Antunes Netto
29	Alfabetização e nacionalização do colono no Brasil	Acrísio C. de Oliveira
30	30 Qual o processo mais eficaz para o ensino da aritmética no primeiro ano do curso preliminar?	Joaquim Meneleu de Almeida Torres
31	Metodologia do ensino da educação física	Ambrósio Torres
32	O ensino nas escolas freqüentadas por filhos de colonos estrangeiros	Luiza Burtz

	colonos estrangeiros	
33	O ensino obrigatório e o civismo nas escolas	Maria A. Bittencourt
34	Rumo ao campo	Deodato de Moraes
35	Uniformização do ensino primário	Helvécio de Andrade
36	O método de projetos	Esther F. F. da Costa
37	Disciplina escolar	Roberto E. Mongruel
38	A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do país	Myriam de Souza
39	Como ensinar a língua vernácula aos filhos de pais estrangeiros nas escolas primárias	Guilherme Buttler
40	A uniformização do ensino primário em suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas	Zélia Jacy de Oliveira Braune
41	Situação do ensino primário na Bahia	Jayme Junqueira Ayres
42	A uniformização do ensino primário no Brasil	M. B. Lourenço Filho
43	43 Sobre a unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral.	Fernando Luis Osório
44	44 A unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral	Isabel Jacobina Lacombe
45	Sobre um ministério da Educação Nacional	Ferdinando Laboriau
46	O escotismo e a unidade nacional	Victor Lacombe
47	O escoteirismo na educação	Amarylio R. Oliveira
48	O que se poderá esperar da educação escoteira p/ o progresso do Brasil	Altamirano Nunes Pereira

49	Missões escolares	Raul Gomes
50	Considerações sobre o ensino	Sara Machado Busse
51	A literatura e a escola primária	Delia Rugai
52	52 Unidade nacional pela cultura pedagógica – a unificação do magistério nacional	Nestor do Santos Lima
53	Para lutar contra o analfabetismo: o serviço pedagógico obrigatório dever cívico feminino decorrente do direito de voto às mulheres.	Fernando de Magalhães
54	A unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica; pela cultura moral.	Manoel Pedro de Macedo
55	O conceito do número	Algacyr M. Mäder
56	Crise de educação na classe médica	Octavio R. Lima
57	As universidades e a pesquisa científica	M. Amoroso da Costa
58	Ensino agrícola nas escolas primárias rurais	João C. Ferreira Filho
59	Instrução primária e profissional	Sebastião Paraná
60	Do desdobramento do curso de engenharia civil	Indicação da Fac. de Eng. do Paraná
61	61 Da necessidade de se tornar mais prático o ensino de engenharia no Brasil.	Indicação da Congreg. da Fac. De Engenharia do Paraná
62	Regulamentação da profissão de engenheiro no Brasil	Indicação da Fac. de Eng. do Paraná
63	O ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias e complementares	Orestes Guimarães
64	O caráter do escolar, segundo a psicanálise.	J. P. Porto-Carrero
65	A psicanálise na educação	Deodato de Moraes

66	O ensino da geografia – necessidade de uma reforma de programas e métodos	Renato Jardim
67	O problema do ensino pelo estímulo do título eleitoral dignificado	José Pereira de Macedo
68	O celibato pedagógico feminino	Nestor Lima
69	69 A unidade nacional pela cultura moral: a educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância	Roberto de Almeida Cunha
70	70 Sobre a necessidade de prestar atenção, na escola, à educação do caráter, assim como ao cultivo da personalidade da criança.	Maria Luisa da Motta Cunha Freire
71	A imprensa e da educação	Ferreira da Rosa
72	A educação moral dos escolares com base no sentimento	J. A. de Mattos Pimenta
73	Formação do caráter do povo brasileiro	Lúcia V. Dechandt
74	Sobre a Educação sexual	Celina Padilha
75	O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada.	Renato Kehl
76	Educação sexual*	Luiz A. Santos Lima
77	Sem informação*	
78	Pela perfeição da raça brasileira	Nicolau M. Angelis
79	A escola regional de Meriti – uma tentativa de escola moderna	Armanda Álvaro Alberto
80	Assistência médica à infância escolar – cadernetas sanitárias	João Maurício Muniz de Aragão

81	81 Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias	Leonel Gonzaga
82	Educação e higiene mental	Álvaro Guimarães
83	Contribuição para a profilaxia do impaludismo	Carlos Mafra Pedroso
84	84 A higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo	Eurico Branco Ribeiro
85	85 A criação de escolas normais superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico	C. A. Barbosa de Oliveira
86	A unidade da pátria pela cultura moral	Antônio V. Cavalcanti
87	O ensino da moral e do civismo	Nelson Mendes
88	88 A criação de escolas normais superiores em diversos pontos do país, para o preparo pedagógico.	Antônia Ribeiro de Castro Lopes
89	A educação moral na escola primária	Palmyra B. Mello
90	A moral na escola primária	Annete C. P. Macedo
91	Educação política	Paulo Ottoni C. Maya
92	A física no curso secundário	Francisco Venâncio Filho
93	Contribuição para o estudo da organização do ensino secundário	Branca de Almeida Fialho
94	O ensino de história natural	Henrique M. Lisboa
95	A conscrição escolar	Raul Gomes
96	96 Considerações preliminares à uniformização do ensino primário no Brasil	Antônio V. Cavalcanti de Albuquerque
97	Pela escola primária	Gustavo Lessa

98	A difusão do ensino primário no Brasil	Alfredo Parodi
99	A escola e a família	Deodato de Moraes
100	A escola nova	Deodato de Moraes
101	Política agrossanitária colonizadora e educadora	Belizário Penna
102	Qual o melhor processo para educação da memória	Belizário Penna
103	A união e a educação nacional	Mário Pinto Serva
104	A cultura como fator da unidade nacional*	Hermes Lima
105	A organização dos quadros nacionais*	Fernando Magalhães
106	Sem informação*	
107	Como combater o analfabetismo no Brasil	W. Muniz
108	Tese sobre a educação física*	Francisco José Dutra
109	Sem informação*	
110	Unidade nacional pela instrução cívica*	Sebastião P. Jordão
111	Sem informação*	
112	Da necessidade da educação moral no ensino secundário superior	Raul Bittencourt

A Conferência realizada no Palácio do Congresso entre os dias 20 e 27 de dezembro teria tido a sua data de encerramento modificada – a principio seria no dia 24 de dezembro, véspera de Natal – no entanto, segundo Bona Junior, o número excessivo de teses selecionadas para discussão obrigou os organizadores a estender o prazo para além do programado. Cada tese dispôs de vinte minutos

para a apresentação, e qualquer congressista devidamente inscrito no evento de dez minutos para tecer seus comentários.

Foram muitos e variados os temas abordados na Conferência (como podemos observar nas tabelas acima) mas, alguns merecem destaque, segundo a nossa própria concepção, por se tratarem de temas cujo enfoque se dirige diretamente ao papel da escola junto a sociedade brasileira daquela época.

A escola, a partir do século XVII, passou a exercer um papel muito importante de instituição de apoio à família. Naquele momento, as famílias já não dispunham de todo o tempo para se dedicarem à educação dos seus filhos, uma vez que, o trabalho fora de casa se tornara uma pratica muito comum. Nesse sentido, a escola passou a cumprir o papel de auxiliar à educação doméstica. No Brasil, esses termos só passaram a ser compreendidos a partir da chegada da República, quando os intelectuais começaram a pensar a escola como local indispensável para a formação do indivíduo.³³

A reorganização das estruturas educacionais, tendo em vista uma nova finalidade pedagógica e social, acabava implicando em uma nova definição para o papel da escola. A escola que, até então, vivia como uma instituição solitária em nosso meio, enquistada na vida social, com a qual não se relacionava intimamente e sobre a qual não influenciava, passava a partir daquele momento, a ser vista

³³ CUNHA, Marcus Vinícius da. *A escola contra a família*. In LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (p. 447-468).

como um estabelecimento social que iria variar em função das formas sociais e do desenvolvimento da sociedade.

Nos anos vinte do século passado a idéia de que a escola passa a ser indispensável na educação das crianças não foi diferente, segundo a tese de número 100 (cem) intitulada "A Escola Nova"³⁴ de Deodato de Moraes³⁵, a escola assume o papel de instrutora da infância para levar o país ao alcance da ética, da moral e do progresso. *"A sociedade é uma organização ética cuja obra de elevação e de maior aproximação de seus membros deve ser corrigida e completada pela escola"*³⁶.

Porém, ao mesmo tempo em que a escola era vista como a auxiliadora principal na educação infantil, é também apresentada como defasada e atrasada nos seus programas e métodos educacionais, sendo assim, impossibilitada de cumprir de forma eficaz o seu papel junto à sociedade. Dessa forma, havia a necessidade de atualiza-la, tendo como parâmetro principalmente escolas de países europeus e dos Estados Unidos da América. Moraes enfatiza essa questão quando coloca:

*"A necessidade da democratização social levou a Alemanha de hoje a criar um novo tipo de escola primária obrigatória, a *grundschule*, cujo fim é estabelecer uma base de educação comum ao povo inteiro. Qualquer que seja a condição social do país, qualquer que seja a carreira para a qual se*

³⁴ Ver anexo.

³⁵ O autor era membro da Associação Brasileira de Educação e representante do Estado do Rio de Janeiro - DF (na época o Distrito Federal tinha sua sede no Estado do Rio de Janeiro).

³⁶ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 100. Pp: 619.

*deseja preparar a criança, todos têm, durante os quatro primeiros anos escolares (de 6 a 9 anos de idade) de passar pela escola base(...)*³⁷

Ainda na tese em destaque, ocorre a denuncia da utilização de métodos rigorosos e severos no ministrar das aulas e propunha-se a substituição desses métodos por outros mais alegres e atraentes. A escola deveria oferecer aulas que dessem a impressão de vida e felicidade.

*“Nela, a criança sente, vê, entende, investiga por si própria; observa, coleciona, sistematiza conscientemente os conhecimentos, tem discernimento, critério e iniciativa pessoal (...) é a escola alegre em que todo o trabalho é executado livre e gostosamente, em que a atividade criadora da primeira idade se educa no exercício experimental da realidade e no prazer de vencer dificuldades.”*³⁸

A partir dessa perspectiva, foram traçados muitos ataques à escola tradicional, caracterizada por ministrar conteúdos e teorias sem aplicabilidade prática, com os quais as crianças não se envolviam espontaneamente, e por não entenderem seu verdadeiro significado. Os conhecimentos teórico-científicos eram considerados inúteis, quando desvinculados do saber fazer. Assim, Deodoro de Moraes entendia que os conteúdos ministrados deveriam ser selecionados e direcionados pelo critério da utilidade prática.

³⁷ Id, ibid. Nota 36.

³⁸ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 100 Pp: 614

“O educador moderno não deve ser apenas o mestre-escola, repetidor sistemáticos de ensinamentos secos, estreitos, formalistas e indigestos, o inculcador de regras, preceitos de teorias, mas o elaborador de homens enérgicos e inteligentes, destros nos misteres da vida comum.”³⁹

Deodato procurou estabelecer as contraposições entre a Escola Nova e a chamada por ele Escola de Satã (escola tradicional) delineando princípios científicos e práticos do trabalho em sala de aula, da profissionalização do professor e da saúde que a escola deveria, a partir de então, se organizar. Essa reorganização seria a liberdade de uma escola considerada um verdadeiro cárcere para a infância:

“A contrapor a escola de Satã, surge a escola nova, cujo lábaro, de harmonia com as leis físico-psíquicas da criança, abre campo vastíssimo às observações e experiências.”⁴⁰

Ao nomear o caráter da escola tradicional, em detrimento a uma nova formulação acerca do seu papel frente à sociedade, Moraes, mais do que construir comparações acerca das duas escolas buscou reafirmar o sentido que deveria avocar a escola reformada tanto em sua interação com a sociedade quanto com a redefinição de suas práticas e finalidades com relação à formação da infância escolarizada.

³⁹ Id, ibid. Nota 38.

⁴⁰ Id, ibid. Nota 39. Pp: 613.

A Escola Nova não era apenas um meio social em fase de experimento, em que a criança é treinada a ver a vida com os olhos dos seus educadores, lugar onde aprende a reproduzir um conhecimento baseado em formulas prontas e pré-determinadas, mas, um mundo em que o educando estaria interagindo com uma oficina de pessoas, em que seu conhecimento passaria por uma pratica baseada em um sentido pela vida. Onde o ensino seria aplicado a partir da pratica e da observação direta das coisas, substituindo os métodos empíricos e tradicionais por métodos científicos e racionais.

Nessa mesma tese o autor ainda prioriza a discussão a cerca do papel do professor desempenhado em sala de aula e na sociedade. O professor não era visto como alguém que tinha simplesmente a obrigação de ensinar crianças. Sua atividade era considerada algo muito maior; era considerada uma missão, pois pelas suas mãos passava o sucesso ou o fracasso do empreendimento educativo, principal caminho para a salvação da nação. E, para que tal missão fosse por ele desempenhada, acreditava-se que sua função na escola deveria ultrapassar a mera tarefa de ensinar os alunos: ele deveria amar patrioticamente a causa educacional e transmitir esse amor aos seus devidos alunos.

Nesse sentido, o professor não mais passaria o conteúdo por si só, ensinando seus alunos simplesmente a ler e escrever, mas, estaria incumbido de constituir pessoas capacitadas a colocar seu próprio pensamento em pratica e principalmente conhecedoras dos seus deveres junto à nação. O professor que continuava a pensar pelo aluno, a trabalhar por ele, a falar para ele ouvir, a exigir apenas a reprodução de tudo e que continuava não respeitando as

individualidades e capacidades de cada aluno, este, deveria ser substituído pelo professor consciente de sua missão, que ouve o que o aluno tem a dizer, aguça a sua curiosidade, desperta o seu interesse, provoca o seu raciocínio, enfim, mostra os caminhos da vida e não os determina.

“A obra educativa do mestre complicou-se, portanto. Não basta ensinar apenas a ler, escrever e contar. É necessário desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes.”⁴¹

Contudo, acreditava-se que o papel desempenhado pelo professor de mero instrutor era muito pouco. À escola e ao seu professor caberia um papel mais abrangente e importante: o de educar. Enquanto a instrução era concebida como posse de conhecimentos úteis para a vida prática, por educação entendia-se uma preparação da criança almejando o amor pela pátria e o interesse por uma vida alicerçada em princípios morais. Assim a instrução era parte integrante da educação, mas seria de pouca utilidade se não fosse vinculada aos princípios morais que a acompanhavam.

Sendo assim, a “Escola Nova” para cumprir seu papel frente à sociedade e frente ao progresso e futuro da nação, deveria educar também o caráter e cultivar a personalidade da criança que estava formando, ou seja, promover a valorização do indivíduo capacitando-o a vencer por si as dificuldades e a ter consciência do

⁴¹ Id, ibid. Nota 40.

seu valor e do seu poder perante a sociedade que vive. Deodato de Moraes encerra sua tese discutindo essa questão:

“Só a Escola Nova será capazes de fornecer ao Brasil homens vigorosos e sãos, inteligentes e bons, não com o cérebro recheado de teorias, de fórmulas e preceitos, mas com conhecimentos práticos, habituados a trabalhar, a bastar-se a si próprios.”⁴²

Enfim, seja exaltando sua atividade ou denunciado seus problemas, as referências feitas à escola na tese de Deodato de Moraes pronunciava que ela era vista como instrumento indispensável para que o país criasse uma identidade nacional e pudesse, assim, ingressar nos rumos do progresso.

Outra tese bastante interessante e que merece destaque na nossa análise se encontra nos anais da I CNE intitulada como “Educação e Higiene Mental”⁴³ de Álvaro Guimarães Filho⁴⁴ tese de número 82. O autor, como muitos outros, inicialmente fez menção a grandiosa importância do evento para o nosso país, pois, segundo ele se tratava de um encontro de intelectuais preocupados com o magno problema da educação brasileira. Não obstante, enfatiza também o papel de destaque que o professor de Higiene Mental vinha desempenhando e deveria desempenhar a partir daquele momento na sociedade educacional do Brasil.

⁴² COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 100 Pp: 621.

⁴³ Ver anexo.

⁴⁴ Álvaro Guimarães Filho no momento que acontece a I CNE fazia parte da Liga Paulista de Higiene Mental – Estado de São Paulo.

A princípio, Álvaro Filho, esclarece tanto o que os intelectuais atuantes nas áreas médica e pedagógica do início do século vinte entendiam por Higiene Mental, como também os princípios fundamentais que regiam essa disciplina no seio da escola. O termo “higiene mental” é utilizado para designar a parte da higiene que estuda os meios e modos das causas imediatas e longínquas que venham a perturbar o psiquismo humano, bem como a investigação dos principais meios de o salvaguardar o que constitui a profilaxia⁴⁵, ou seja, a higiene mental investigava as medidas preventivas que o ser humano naquele momento deveria utilizar para se prevenir contra as enfermidades da mente.

Partindo desse pressuposto o papel do professor, segundo o autor, é de eximia importância nos primeiros anos de formação escolar da criança, pois é ele, a primeira autoridade que encontra a criança fora do lar, exercendo assim, uma forte influência na formação da personalidade dessa criança. Acabando por refletir a sua influência, não só durante a sua vida escolar, mas também em toda a sua vida pessoal.

Cabia ao professor na sua sala de aula tentar passar para seus alunos os princípios básicos das causas das mais variadas moléstias que assolavam o país naqueles tempos, procurando, administrar os diversos assuntos que ajudassem os jovens desprotegidos pela idade e pela resistência física a tecer caminhos regidos pela saúde física e mental.⁴⁶

⁴⁵ Parte da medicina que tem por objeto as medidas preventivas contra as enfermidades.

⁴⁶ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 82 Pp:465.

O professor, nesse sentido, era antes de tudo, visto como o grande salvador dos interesses de ordem intelectual e moral que a sociedade dispunha naquele momento. Seu papel era considerado de vital importância para a difusão dos ideais higienistas, uma vez que, seu trabalho constituía-se na preparação do terreno para que as moléstias não se espalhassem e na transformação, através da educação, de cada individuo em um obstáculo frente ao desenvolvimento do mal.

“Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família que se tornarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia, conseguindo assim a Higiene alcançar seu fim.”⁴⁷

A Higiene Mental também estaria incumbida de andar lado-a-lado com a Pedagogia, tentando inserir nas salas de aula a adaptação que a criança necessitava nos primeiros anos escolares. Esse desenvolvimento psíquico inicial passaria a ser estimulado tanto pelas sensações variadas contidas no meio que a cercava, como também, guiados pelos preceitos dos métodos pedagógicos utilizados pelo professor. Sendo assim, segundo Álvaro Filho, se o professor encontra uma criança sadia, física e psiquicamente o mau uso de seu método de ensino poderá ou não refletir no caminho que essa criança escolher pra si, mas, se este se deparar com uma criança classificada como débil, o mau não será somente o não aproveitamento do ensino, mas, muitas vezes o agravamento de debilidades de que são portadoras. Na tese em destaque o autor comenta essa

⁴⁷ Id, ibid. Nota 46. Pp:469.

questão enfatizando o papel da escola junto à formação da personalidade da criança:

*"No desenvolvimento psíquico, pensamos que é à vontade que mais sofre a influência da escola. É a obrigatoriedade diária da frequência, dos temas e exercícios impostos pelos professores, que devem ser preparados em prazos certos e determinados; são os preceitos de ordem, que obrigam a calar e a largar as distrações e divertimentos pelos superiores, que mais vêm modificar ou perturbar a vontade da criança."*⁴⁸

Mas, para que possamos compreender o discurso utilizado pelo autor, devemos entender também que o termo de "débil mental" é usado a partir da classificação, "*mais ou menos empírica*"⁴⁹ denominada pela Psiquiatria. Este termo encontrava-se separado segundo o grau de perturbação: a debilidade mental propriamente dita, a imbecilidade e a idiotia. Porém, segundo preceitos pedagógicos, Álvaro Filho classifica os anômalos em dois outros principais grupos: os que são susceptíveis de receber instrução comum (dos normais) e aqueles grandes anormais. Nesse sentido, os alunos eram enquadrados e classificados sob regras de conduta de normalidade e nível de aprendizagem:

"Os primeiros são os chamados retardados, cujo desvio mental é pouco acentuado mas que os impede de seguir a marcha normal em curso comum. Esses, entretanto, podem muito bem aprender, com os mesmos métodos, tudo é ensinado no curso oficial, dependendo apenas de mais tempo que o normalmente utilizado para adquirir aquele conhecimento. É o que os americanos chamam de special division, em que cada escola tem uma sala apropriada e um professor encarregado de administrar

⁴⁸ Id, ibid. Nota 47. Pp: 466.

⁴⁹ Id, ibid. Nota 48. Pp: 465.

*lentamente todo o programa oficial, até que seus alunos sejam capazes de aprender convenientemente.*⁵⁰

*“Os anômalos em grau mais adiantados, os chamados grandes anormais, não aprendem mesmo na special division e merecem um cuidado todo especial, pois saem inteiramente da norma habitual e devem ser educados por professores especializados, constituindo o curso para anormais, quase sempre feito em escolas hospitalares, onde o trabalho do professor, do psiquiatra e do psicólogo se reúnem para dar a cada doente direção particular que consiga transformar aquela criança doente em um ser raciocinante e útil no meio em que vive.”*⁵¹

Outra questão discutida por Álvaro Filho e de suma importância para o caminho que a educação brasileira pretendia tomar a partir da I CNE, esta inserida na sua tese e se fez apresentar sob forma de um parecer do presidente, doutor A. C. Pacheco no relatório apresentado ao senhor secretário do Estado de São Paulo onde informava suas impressões e estudos a cerca de escolas para anormais que havia visitado em uma viagem ao Estados Unidos. Este relatório aparece de forma íntegra na tese em questão e deixa revelar quais eram as intenções médico-pedagógicas dos intelectuais perante o problema dos anormais aqui no Brasil.

Segundo esse parecer, os deficientes mentais constituíam um dos grandes problemas sociais e econômicos da civilização moderna⁵² e uma democracia inteligente e civilizada não poderia deixar de resolvê-lo. Porém, aqui no Brasil não existiam ainda instituições especializadas nesse assunto que pudessem dar a assistência devida aos considerados anômalos. Nesse sentido, o desenvolvimento

⁵⁰ Id, ibid. Nota 49.Pp: 467.

⁵¹ Id, ibid. Nota 50.

⁵² Id, ibid. Nota 51.

de instituições desse tipo no Brasil foi uma das principais causas da emissão do relatório para o governo do Estado de São Paulo. Pretendia-se a partir da aquisição das instituições assistir os anômalos convenientemente desde a infância, protegendo-os contra as influências sociais e orientando-os de acordo com a capacidade individual de cada um.⁵³ Álvaro Filho tece um comentário interessante no que tange a necessidade da criação dessas instituições:

“Os senhores professores não de concordar conosco quão importante é o problema da educação dos anormais, principalmente desses psicopatas incapazes de aprender por si só, por não terem a saúde mental necessária, tampouco capazes de aprender por outrem, visto não termos nem escolas nem profissionais especializados que os saibam ensinar, e portanto condenados, por uma culpa que não tem, a serem os infelizes povoadores das prisões e dos hospícios.”⁵⁴

Contudo, a criação das instituições passava pelo pensamento de que os intelectuais brasileiros estavam, naquele momento, envolvidos por ideais que visavam o crescimento e o progresso do país. Instituir a esses anômalos essas instituições estaria, de certa forma, contribuindo para o melhoramento do aspecto higienista de uma nação que se pretendia tornar sadia e inteligente.

Por fim, a I CNE foi um evento de grande repercussão entre os educadores e na sociedade brasileira, de forma que contribuiu significativamente para o debate em torno das propostas educacionais inseridas dentro do desejo de unidade nacional propagado pela ABE.

⁵³ COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 82. Pp: 468.

⁵⁴ Id, ibid. Nota 53.

CONCLUSÃO

Os anos de 1920, no Brasil, foi um período em que a modernização e o progresso – que há pelo menos dois séculos já era realidade em alguns países da Europa e, em um pouco menos de tempo, nos Estados Unidos da América – passou por um processo de intensificação.

O ingresso do Brasil neste processo foi marcado pelo grande desejo de superar o seu atraso, o que conferiu à educação uma função estratégica de instrumento de unificação e de correção dos rumos do país no caminho do progresso e da civilização.

Nas teses da I CNE à educação foi atribuído um lugar cuja importância jamais conseguiu alcançar. Aqueles intelectuais, provenientes de diversas áreas do saber (médicos, advogados, engenheiros, professores) tomaram parte nas discussões acerca de seus caminhos, acreditando que eram os demiurgos da nação e que por meio da atuação da educação poderiam levar o país ao modelo de modernidade ambicionada.

Eram estes, a classe que pertencia à elite do Brasil, que tinham nos seus discursos, a preocupação principal com a formação da identidade nacional, intervindo através da educação na pretensa correção dos rumos da nação brasileira.

A análise das teses da I CNE permite perceber que a essa elite intelectual atribui-se uma verdadeira missão: a de redimir o país do atraso científico e intelectual e eleva-lo a uma nação regida pelo progresso. Em meio à imensa quantidade de assuntos abordados no contexto das teses, ocorre uma unidade de sentido em torno da causa educacional que, por sua vez, se encontrava intimamente ligada ao desejo de modernidade.

O evento da I CNE possibilitou aos professores a participação direta na discussão dos destinos educacionais do país, porém, ao mesmo tempo, essa participação maciça também tinha como pretensão o convencimento dos mesmos ao engajamento no projeto educacional já promovido pela Associação Brasileira de Educação alguns anos antes.

Para tanto, a análise efetuada no primeiro capítulo permitiu a observação do contexto que envolvia a sociedade brasileira principalmente nos anos de 1920, mostrado a partir da participação dos intelectuais na I CNE em 1927.

Já o foco do segundo capítulo foi tanto a delimitação do evento da I CNE, mostrando sua organização e funcionamento, como também, a análise de duas das 112 teses publicadas desde 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. O mal-estar da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COSTA, Maria José Franco da Costa; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997.
- CUNHA, Marcus Vinícius da. *A escola contra a família*. In LOPES, E. M; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (p. 447- 468).
- FREITAS, Marcos César de, KUHLMANN Jr, Moysés. "A circulação das idéias sobre educação das crianças; Brasil, início do século XX" In: Os Intelectuais da História da Infância. Ed: Cortez. São Paulo, 2002.
- GHIRALDELLI Junior, Paulo. "A primeira República (1889-1930)". In: Filosofia e História da Educação Brasileira. Barueri –SP: Manole, 2003.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Tendências da educação brasileira*. 2ª ed. Brasília: MEC/Inep, 2002.
- PEIXOTO, Afrânio. "Noções de Higiene". 3ª Edição. Livraria Francisco Alves, São Paulo, 1925.

- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) Encantos modernos*. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: Governo do Estado, Secretaria de Cultura, FUNDARPE, 1997.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Introdução à História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. "História da Educação no Brasil (1930/1973)" 3ª Edição, Petrópolis. Editora Vozes LTDA, 1982. Pp: 129.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. "Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro imperial". Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. ARAÚJO, Marta Maria de. "Grupos Escolares: uma nova forma de cultura escolar da modernidade. (Natal, 1908-1913)" In: Encontro de Pesquisa educacional do nordeste: história da educação. Natal, 17 a 20 de junho de 1997. EDUFRN, 1997.
- TOURAINE, Alain. In: *Crítica da modernidade*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Anexos

de jogos, será por este modo desviado desses antros sociais. O professor o convidará, irá buscá-lo mesmo, se a tanto for preciso, para ouvir os conselhos do pregador do dia.

Habituação a sãs leituras que lhe encham a alma de paz e de esperança, às conferências instrutivas e educativas que lhe resolvem os diversos problemas da vida e que lhe mostram como se consegue um lar feliz e uma prole sadia e forte, o operário não mais se sugestionará por esses panfletos revolucionários que, falando-lhe numa linguagem que o lisonjeia, envenenam o seu espírito, pervertem o seu coração, o embriagam com um bem-estar futuro quimérico, o transformam em um eterno descontente e revoltoso, num mau trabalhador, num mau chefe de família, num detestável cidadão.

A associação pós-escolar, desviando os mancebos e operários das tabernas e das casas de jogos, atraindo-os ao seu seio para ouvirem a palavra dos seus conferencistas, terá cumprido o seu segundo fim — o da preservação social.

Não bastam, porém, as palestras, os conselhos, as leituras, o rádio e as sessões de projeções luminosas da escola.

O domingo é dia de descanso, e o operário deseja naturalmente recrear-se. A associação poderá prestar ainda esse benefício e cumprir assim o seu terceiro fim, mantendo um campo especial para os diversos jogos, tais como futebol, *lawn tennis*, malha, péla, peteca e outros que se usem nas respectivas localidades e que sejam higiênicos. Organizará periodicamente, em festas públicas, concursos de corridas diversas, canoagem, equitação, ciclismo, tiro ao alvo, etc., com distribuição de prêmios oferecidos pelos próprios habitantes da aldeia.

A associação poderá também encarregar-se do desenvolvimento das linhas de tiro, do escotismo e da criação das caixas escolares.

Agindo assim, o professor tornará a sua escola um centro de cultura física, intelectual e moral, digna dos aplausos de um público sensato e de um governo honesto e previdente.

Não há más escolas — disse J. Carré —, não há senão professores mais ou menos capazes, mais ou menos zelosos, mais ou menos dedicados: não há meio, por mais modesto ou ingrato que seja, onde um professor que compreenda a sua missão e que ame não possa fazer um grande bem.

TESE Nº 100

A ESCOLA NOVA

Deodato de Moraes

Rio de Janeiro, DF

Conta-se que o diabo, descendo certa vez à terra, ficou admirado de que isto por aqui andasse no melhor dos mundos. Verificou que os homens apresentavam traços de caracteres comuns: eram bons, visto que acreditavam no bem; eram felizes, porque eram bons; eram calmos e equilibrados, porque se julgavam felizes.

Não satisfeito, porém, com a sua descoberta, resolveu mudar a face das coisas. Pensou: “A infância é o futuro da humanidade: comecemos pela infância.”

E apareceu aos homens como um enviado divino e reformador da sociedade.

“Deus — disse ele — exige a mortificação. É necessário começar desde pequeno. A alegria é pecado. O riso é blasfêmia. As crianças não devem conhecer nem alegria nem risos. O amor de uma mãe é um perigo: ele afemina a alma do rapaz. É preciso distanciar as mães dos filhos, a fim de que nada impeça a sua comunhão com Deus. A vida é trabalho. A juventude deve trabalhar. O interesse deve ser banido. Só é bom o trabalho desinteressado. O prazer é perdição.”

Assim falou o diabo. A multidão inclinou-se respeitosa e exclamou:

— Queremos salvar-nos; que é preciso fazer?

— Criai a escola.

E, sob a inspiração de Satã, criou-se a escola.

Os homens de ciência, os filósofos, os pensadores, fechados em seus gabinetes, encarregaram-se das leis, das regras e dos preceitos por que se deviam orientar todos os professores e todas as crianças. Sistemas educativos completos, os mais extraordinários, uns utópicos, outros exclusivistas, foram elaborados; e a eles ficaram sujeitas as práticas da educação e as leis reguladoras do espírito humano.

Surgiu o mestre-escola, autoritário e rabugento, sem critério nem orientação pedagógica ou sociológica, sempre de fêrula em punho para amedrontar ou castigar.

Esqueceu-se a criança, ou melhor, matou-se a sua atividade, reprimiu-se a sua alegria, enclausurando-a dentro de quatro paredes nuas.

Criaram-se a ciência livresca e memórica e a disciplina passiva e estéril, que condenam o livre raciocínio e punem a expansão livre do ser.

Afastada da vida, tornou-se a escola o laboratório de elementos amorfos, completamente cegos sobre a mais rudimentar necessidade quotidiana. Os conhecimentos que sobrecarregavam a memória dos indivíduos não lhes serviam para nada, porquanto não os sabiam aplicar nas ocasiões oportunas.

Tudo era erro e ilusão.

Inerte e artificial, tornou-se a escola um verdadeiro cárcere para a infância. Nela se estiolaram os mais fortes rebentos de uma centena de gerações.

Satã sorria satisfeito.

Mas não venceu.

Deus condeu-se da humanidade e iluminou as inteligências sãs.

A reação, tímida a princípio, tornou-se temerária mais tarde; e hoje, o combate à mole do conservadorismo do passado tem sido sem tréguas e, por vezes, tão eficaz quanto radical.

A contrapor à escola de Satã, surge a Escola Nova, cujo lábaro, de harmonia com as leis físico-psíquicas da criança, abre campo vastíssimo às observações e experiências.

Perdendo o antigo caráter formalista e abstrato, a Escola Nova abraça todos os atos da existência, todas as manifestações e formas do pensamento. Amplas e complexas reformas ela efetua. Imagem da vida, põe em evidência as necessidades da criança, e, de acordo com essas exigências, renova o sistema de ensino e de educação, distribui, gradua melhor o trabalho e faz tudo isso com feição prática, aplicando o princípio da observação direta das coisas, substituindo os métodos empíricos por métodos científicos e racionais.

A obra educativa do mestre complicou-se, portanto. Não basta ensinar apenas a ler, escrever e contar. É necessário desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes.

A Escola Nova não é apenas um meio social experimental, reflexo da realidade, em que a criança é treinada a ver, a observar a vida, mas um mundo em miniatura, a oficina de gente prática e consciente, positiva e coerente, sabendo e sentindo o que é a vida.

Ela visa formar em cada ser humano não um indivíduo mutilado, mas uma individualidade completa, cônica da sua existência social integral, com uma educação econômica ou profissional, familiar ou afetiva, artística ou sentimental, científica ou intelectual, moral, jurídica e política.

A Escola Nova tende, pois, a concretizar a frase de Terêncio: “Eu sou homem, e nada que respeita à humanidade me é estranho”.

A ESCOLA NOVA É A ESCOLA CIENTÍFICA E PRÁTICA DAS NECESSIDADES ATUAIS

Aberta para a natureza e para a vida, ela desenvolve a observação e a curiosidade, suscita o esforço espontâneo e fecundo, habitua a criança, no trabalho, a ser o artífice da sua própria individualidade.

Fazer para aprender, mas fazer só, assistido, acompanhado, estimulado pelo professor, é o seu processo; fazer tudo, todas as lições, todos os exercícios, todas as experiências, de maneira que os conhecimentos adquiridos pelo aluno não sejam mais do que resultados da sua própria atividade física e mental.

Em regra geral, a criança não gosta da escola. E não gosta porque a escola não condiz com a sua natureza.

Ela é botão que desabrocha e pede muito ar e muita luz: encerram-na durante quatro a cinco horas em uma sala escura, acanhada, desprovida de todo e qualquer atrativo; quer cantar, rir, correr, forçam-na a ficar assentada e imóvel, proibem-lhe falar e sorrir; quer ver, prescrutar, raciocinar, conhecer, obrigam-na a ouvir e memorizar; é ativa, tornam-na passiva. O culto dos programas massudos e dos horários rigorosos e o fetichismo dos métodos e processos antiquados se encarregam do resto.

Semelhante regime cria-lhe hábitos de indolência, fá-la amorfa e apática.

Perde a curiosidade de saber, cansa-se o seu cérebro, dessor-se a sua inteligência, aborrece-se de tudo. E quando se vê emancipada daqueles grilhões que a atormentavam, nunca mais quer saber de livros, nunca mais dá um passo para se instruir. A escola de Satã atrofiou a sua vontade e paralisou a sua energia.

Na Escola Nova, não: programas, horários, métodos e processos são adaptados, tão exatamente quanto possível, à natureza fisiopsíquica de cada um. Programas e horários não são inalteráveis; a ordem das matérias, tal como neles existe, tem mínima importância. O professor preocupa-se mais com a qualidade do que com a quantidade, com o saber consciente do que com o palavreado oco ou erudito. A Escola Nova é intensiva, e não extensiva.

Nela, a criança sente, vê, entende, investiga por si própria; observa, coleciona, sistematiza conscientemente os conhecimentos, tem discernimento, critério e iniciativa pessoal. O ensino é sóbrio, prático, vivo, atraente, feito com coisas e não por palavras.

É a escola alegre em que todo o trabalho é executado livre e gostosamente, em que a atividade criadora da primeira idade se educa no exercício experimental da realidade e no prazer de vencer dificuldades.

É a escola atraente em que todas as aulas dão uma impressão de vida e de felicidade. Em que há plantas em vasos, jarros com flores, bustos e estátuas, quadros pelas paredes, aves em viveiros, peixes em aquários e tanques, coleções de insetos, de pedras, de frutos, de matérias-primas, aparelhos de demonstração, modelos de arte.

É a escola útil em que a infância brinca de comerciante, de químico, de físico, de agricultor, de operário, nas suas aulas de matemática, de laboratório, de campo, de oficina.

É a escola dinâmica, que desenvolve capacidades, forma Robinsons Crusoes capazes de se bastarem a si próprios.

O *push* americano (necessidade de avançar na vida) e o *stat alla finestra della vita* caracterizam a função da Escola Nova.

Ensina-se à criança a prática da vida — mostre-se o que ela é cá fora, eduque-se a sua iniciativa, dirija-se a sua vontade, dê-se-lhe a sua independência e cultive-se, sobretudo, a sua responsabilidade. A vida é uma eterna conquista, e, só pelo trabalho intensivo e pertinaz, nela se conseguem vitórias.

O educador moderno não deve ser apenas o mestre-escola, repetidor sistemático de ensinamentos secos, estreitos, formalistas e indigestos, o incutidor de regras, preceitos e teorias, mas o elaborador de homens enérgicos e inteligentes, destros nos misteres da vida comum.

O professor que age pelo discípulo, que pensa por ele, que trabalha por ele, que fala para ele ouvir, exigindo apenas a reprodução de tudo, que não mede o que se deve ensinar com o que se não deve, que não gradua as lições à capacidade da classe, julgando-a capaz de acompanhá-lo muitas vezes nas suas divagações ociosas, o professor, enfim, que afere os alunos pelo mesmo padrão de inteligência, não respeitando individualidades nem potencialidade, deve ser substituído pelo professor consciente da sua missão, que ouve o que o menino diz, que sonda o seu mais íntimo

sentimento, que observa a sua curiosidade, desperta o seu interesse, provoca o seu raciocínio, respeita as suas tendências, encaminhando-o com clara e firme visão de espírito, que o considera, enfim, como ser vivo pensante, como unidade sob o ponto de vista físico, intelectual e moral.

E para isso é preciso estabelecer um meio, criar um ambiente que envolva a escola e domine a criança, inventar casos concretos que criem a possibilidade de converter em fatos ou coisas nossos pensamentos ou criações.

A ESCOLA NOVA É A ESCOLA DA SAÚDE

A lei biogenética, segundo a qual a criança deve ser antes um bom animal para ser mais tarde um bom civilizado, é a pedra angular da Escola Nova. Que importam métodos, processos, livros e aparelhagem ótimos, quando a matéria-prima não está em condições de ser preparada? Ninguém pode ensinar uma criança doente. Saúde em primeiro lugar e, depois, sabedoria.

Tão essencialmente importante é ensinar aos rapazes e às meninas o cuidado de seu corpo, as noções fundamentais de uma alimentação bem regulada, o valor da recreação e do brinquedo, da luz do sol e do ar puro, do descanso e do sono, e a relação destas coisas com a educação do espírito e da mão, com o desenvolvimento do caráter e da conservação da própria vida, como é importante ensiná-los a ler e escrever.

A Escola Nova é, assim, a Escola da Saúde.

Nela, a inspeção médica não se limita apenas à fiscalização das moléstias contagiosas e prevenção das epidemias, mas ao melhoramento das condições físicas gerais pelo ensino de preceitos de saúde, à averiguação e rápida correção de defeitos físicos, à criação do ambiente sadio em que vivem as crianças.

Hoje não se faz inspeção médica unicamente para descobrir moléstias e defeitos físicos, mas para pôr também a descoberto as causas das anomalias mentais e para fins pedagógicos. Quer isto dizer que toda criança deve ser posta primeiramente na melhor condição de robustez, de modo a poder auferir a maior soma possível dos benefícios escolares.

Antes de saber o que convém ensinar à criança, é necessário saber o que ela está apta a aprender.

Nem sempre um escolar, por suas condições especialíssimas, pode receber um determinado ensino; ora será sua potencialidade física, ora suas faculdades intelectuais que se oporão a qualquer esforço, por mínimo que seja.

É preciso, pois, na educação da puerícia, ser ao mesmo tempo higienista e pedagogo, para assegurar, preliminarmente, a evolução regular de todas as transformações anatômicas e de todas as modalidades funcionais do organismo do educando e não contrariar as suas múltiplas necessidades físicas, que variam segundo o lugar, o tempo, o sexo, as condições econômicas, étnicas, climáticas e biológicas.

Dentre as transformações por que passa o corpo de uma criança, e cumpre ao médico e ao professor ter sempre em vista, salientam-se as que dizem respeito:

-
- 1 — à estrutura e ao peso, que indicam a relação do desenvolvimento geral;
 - 2 — à perimetria torácica, que determina a robustez, a compleição, isto é, a capacidade vital ou respiratória;
 - 3 — à dinamometria, que fornece a medida do desenvolvimento muscular e é índice de poder físico e intelectual;
 - 4 — aos desvios da coluna vertebral, que orientam as atitudes escolares;
 - 5 — ao diagnóstico mental e à acuidade sensorial, que abrem campo às potências do espírito.

As exigências alimentares, os valores em calorias, a dosagem das vitaminas e o tratamento dos dentes constituem também, por sua natureza, delicados problemas que cumpre resolver com especial carinho.

Manter, pois, os discípulos em estado de saúde, preocupando-se secundariamente de curar as doenças, é a função do médico. Para isso, é necessário o exame físico cuidadoso e periódico, registrado em fichas, exame que oriente o pai e o mestre nos cuidados a observar. O pai, para cuidar das doenças e alimentar melhor o filho; o mestre, para melhorar as condições do ambiente em que vivem os discípulos, separá-los em grupos homogêneos, em classes distintas de robustos, doentes, fracos e débeis, e adaptar a cada grupo programas especiais, exercícios adequados, lições ao ar livre, passeios, banhos, estadias em colônias de férias, etc.

Se as condições do pai não permitem cuidar da saúde do filho e alimentá-lo melhor, cabe ao médico recomendá-lo às clínicas infantis gratuitas e ao professor instituir na escola a sopa, a merenda ou o copo de leite. Só depois de sã e bem alimentada é que a criança pode bem aproveitar a cultura mental.

Quando, há anos, dirigimos em São Paulo um grupo de escoteiros, o nosso médico, além do exame geral das crianças, ainda assinalava na caderneta de cada um os cuidados que devia ter nas atitudes escolares, de pé ou sentado, escrevendo ou lendo, e quais os exercícios físicos que lhe eram necessários e quais os que, em absoluto, poderia realizar. E esses cuidados iam até o regime de alimentação e de sono.

De par com os cuidados médicos, a Escola Nova dedica tempo suficiente aos jogos desportivos moderados, que redundam em benefício do robustecimento físico do aluno e da regeneração da raça.

Campos apropriados para os diferentes jogos, piscinas de natação, riques, parques públicos com pavilhões de diversões facilitam o recreio proveitoso em todas as épocas do ano.

O brinquedo é a modalidade característica da atividade infantil. É elemento neural poderoso e possui um valor intrínseco extraordinário como fator da saúde e do crescimento físico. Criança que não brinca é criança doente.

Não possui o prédio escolar pátio de recreio e nem existe próximo um parque público onde possam brincar as crianças?

Siga-se o exemplo dos Estados Unidos, onde muitas cidades que não estão em condições de aumentar o número de seus lugares ou centros municipais de diversão fecham com cordas várias ruas, para impedir o trânsito durante certas horas do dia, a fim de que, sem perigo e sem interrupções, possam as crianças dedicar-se a seus brinquedos.

Nem todas as cidades podem ter uma piscina de natação, mas todas as cidades podem, como na América do Norte, abrir a certas horas dos dias calmosos as chaves dos registros de água das ruas e proporcionar às crianças uma ducha fria.

Em certas cidades americanas são os próprios bombeiros e policiais que administram os banhos públicos com as mangueiras de água a legiões de meninos.

Ao lado dos jogos, dos banhos e dos exercícios físicos, a Escola Nova recomenda os trabalhos agrícolas e manuais, as excursões escolares aos bosques, aos campos, às montanhas e às praias, as danças, os cânticos e os bailados infantis, que dão harmonia e graça aos movimentos, os festivais e os concursos populares em dias feriados.

Por todos os meios, a Escola Nova fomenta, como se vê, os exercícios saudáveis, que dão vida à criança e vigor à raça.

A ESCOLA NOVA É A ESCOLA DO TRABALHO

As agitações formidáveis e as transformações bruscas em todos os ramos do saber humano determinadas pela guerra européia não podiam deixar de influir sobre os métodos e processos educacionais da escola primária.

Focalizada a difusão das artes e das indústrias e conseqüente preparação do operário inteligente e capaz, a escola afastou de si tudo quanto é inútil e ilusório e adotou a fórmula anglo-saxônica *to learn by doing* (aprender fazendo) como ideal educativo. Nunca o problema de ensinar e educar o povo de modo a assegurar-lhe meios honestos de vida e de independência foi tão necessário e mais difundido que nesses últimos anos.

O trabalho é o meio de acentuar as aptidões econômicas dos escolares e de dar a cada um a preparação técnica precisa para ocupar o posto que na sociedade corresponde ao seu valor.

A Escola Nova, adaptando-se às necessidades decorrentes da época, tornou-se a escola do trabalho, da iniciativa e da virilidade moral. Ela não só adentra a mão do futuro operário como lhe educa o cérebro e fortalece o corpo. Os seus novos métodos e processos de atividades produtivas, ao mesmo tempo que se adaptam melhor às tendências espontâneas da criança, contribuem para democratizar a educação pública e, ainda mais, para aumentar seu valor como preparação às atividades industriais e agrícolas. O trabalho na Escola Nova constitui um verdadeiro sistema pedagógico, de cultura geral e integral, exercitando a atenção, a percepção, o raciocínio, o juízo, provocando o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades.

À orientação educativa do trabalho prendem-se todos os problemas da escola primária: o das ciências, das letras e das artes.

A Física como a Química, a Aritmética como a Geometria, a Agronomia como a Higiene, a História como a Geografia, o Desenho como a modelagem e o *sloyd*, tudo está tão intimamente ligado ao problema manual que separá-los será desnaturar o ensino, afastar a escola da vida, torná-la amorfa e ineficiente.

Nos laboratórios, os próprios discípulos constroem aparelhos, fazem experiências, observam, comparam, descobrem, deduzem e aplicam leis. Nas oficinas, manejam, montam e desmontam, preparam e fabricam ferramentas, medem, pesam, trocam e avaliam.

Nos museus, colecionam, classificam, rotulam, catalogam. Nas bibliotecas, consultam, anotam e deduzem. Nos aquários, observam, estudam, descobrem. Nas aulas de economia doméstica, varrem, lavam, engomam, cozinham, remendam, costuram. Nos jardins, plantam, tratam, colhem, preparam, vendem e compram.

Os traçados dos canteiros são problemas de Aritmética e Geometria; as cores das folhas e das flores são motivos para a combinação de tons, são planos de desenhos, de riscos e de gráficos.

O estudo das épocas em que se semeia, a necessidade das culturas alternadas para não esgotar os terrenos, os diversos tipos de plantas, as que pedem sol e as que dão melhor à sombra trazem à criança não só hábitos de previdência e de meditação, como também conhecimentos de Geografia, tais como de orientação, do andamento do sol, das horas, das estações, da chuva, do rocío, dos ventos, dos climas, etc.

Na modelagem do barro, no recorte e dobramento do papel, nos trabalhos de carpintaria aparecem os mais interessantes e variados problemas de Geometria, de Física, de Química, etc.

Construindo balões e papagaios de papel, capeando livros, fazendo embrulhos, cortando roupas para bonecas, encapando carteiras e enfeitando moringues, armários e mais objetos escolares, dá o professor noções práticas de quadriláteros e polígonos, tangentes, cordas e áreas, além de noções de Higiene e Economia Doméstica.

Ao fazer um barco de madeira que a criança tencione lançar ao lago da escola, surge o problema dos corpos flutuantes, dos transportes, dos usos e costumes dos povos, dos descobrimentos marítimos, enfim.

Preparando a sopa escolar, distribuindo o copo de leite ou a merenda, há oportunidade excelente para as questões de Botânica, de Química, de Economia e, sobretudo, de Higiene e de Moral.

O ensino das diversas ciências surge, como se vê, naturalmente vivo, atraente, palpitante, a propósito de qualquer objeto fabricado, de qualquer ação que se pratique.

Todas as lições são dadas diante do objeto e, conseqüentemente, fora da classe, nas oficinas, nos museus, nos laboratórios, nos jardins, nas hortas, nos pomares, nos campos, à beira-mar, em toda a parte, enfim, onde o discípulo possa fazer as suas observações e tenha alguma coisa a aprender.

A Escola do Trabalho é, assim, a Escola Nova que nos convém.

A sociedade é uma organização ética cuja obra de elevação e de maior aproximação de seus membros deve ser corrigida e completada pela escola.

A estratificação e diferenciação social que se nota separando os indivíduos, quer no modo de pensar e de sentir, quer no de agir e de julgar, têm como causa principal o fraco poder educativo da escola.

Congregar todas as vontades num intento comum, desenvolver a concepção geral da vida do mundo, fundir numa só tendência todas as oposições, fazer convergir os esforços de todos para o mesmo fim e assimilar progressivamente as camadas inferiores às superiores, nivelando, confundindo e apagando as distinções de classes, são funções da Escola Nova.

Bem orientada e bem dirigida, ela pode harmonizar interesses diversos, pode conciliar a ordem com o progresso, a liberdade com a autoridade, o dever com o direito, a igualdade com a heterogeneidade e com a diversidade orgânica, psíquica e social, e chegar espontaneamente à formação de um espírito social e de uma cultura geral que seja, no seu fundamento, comum e igual para todos.

A necessidade da democratização social levou a Alemanha de hoje a criar um novo tipo de escola primária obrigatória, a *grundschule*, cujo fim é estabelecer uma base de educação comum ao povo inteiro.

Qualquer que seja a condição social dos pais, qualquer que seja a carreira para a qual se deseja preparar a criança, todos têm, durante os quatro primeiros anos escolares (de 6 a 9 anos de idade), de passar pela escola-base da cidade ou do bairro em que habitam.

A glorificação do trabalho manual, dignificando o ensino, completa a ação educativa da escola.

Não basta espalhar o mais possível a instrução, semear por toda parte a boa semente, debilitar espíritos, aguçar pensamentos, cultivar gostos. É necessário temperar caracteres, dilatar sentimentos, formar consciências, inspirar o amor ao dever, ensinar a produzir, habituar a vencer sobretudo, criar um ambiente, uma atmosfera em que a criança respire liberdade, sinta a necessidade da cooperação, do auxílio mútuo, veja praticar e seja constantemente solicitada a praticar ações em benefício comum.

Há uma educação social a fazer. Na vida humana não é lícito aproveitar unicamente os esforços dos contemporâneos, gozar das riquezas acumuladas pelos antepassados. É dívida de nossa conservar, propagar e transmitir às gerações futuras o fruto do trabalho das gerações anteriores. A escola é a grande família coletiva, o terreno em que deve germinar e desenvolver-se o sentimento de solidariedade consciente, voluntária e razoável.

Importa que a criança saiba e compreenda, por todas as maneiras possíveis, que os homens, para viver, têm necessidade do concurso de todos os outros e que o sábio preceito “a união faz força” é verdadeiro em toda a linha.

Habitado desde os bancos escolares nos benefícios da organização social, o menino compreenderá o dever que se lhe impõe de submeter-se às leis ditadas pelo interesse geral e de trazer à obra comum o concurso de toda a sua vontade.

Um espírito novo de justiça e de paz, de ordem e de direito, de trabalho e fraternidade porá em evidência a ação fecunda da aproximação dos povos.

A solidariedade não implica o sacrifício e a diminuição da personalidade, mas exige, ao contrário, como diz Payot, um desenvolvimento assaz enérgico no indivíduo. Aprende-se a pensar e a agir como se aprende a andar e a falar.

A Escola Nova, desfraldando a bandeira da solidariedade, põe em prática a disciplina social que modifica a natureza moral dos homens e os torna aptos para se conformarem com as relações coletivas, quer no mundo dos sentimentos, quer no dos conhecimentos e das idéias.

A ESCOLA NOVA DETERMINA AS APTIDÕES E ORIENTA PARA AS PROFISSÕES

Não é de hoje que se vem firmando, nos meios pedagógicos e educativos, a crença de que, para se vencer na vida, triunfar na formidável concorrência de atividades diárias, é mister possuir uma capacidade elevada de trabalho em que entrem como fatores preponderantes as disposições inatas do corpo e do espírito e uma certeza técnica precisa.

O saber passa, assim, de fim supremo da vida a meio eficaz de se conseguir os recursos necessários de combate e de vitória.

Longe já vai o tempo em que a escola tinha como função única o ensinar a ler, escrever e contar.

Seria ingenuidade acreditar que apenas com esses elementos um indivíduo vencesse hoje, na luta diária, as mil e uma dificuldades que se lhe apresentam.

O ensino moderno, ao lado do livro, do papel e do lápis, deve ministrar aquelas habilidades e aptidões que permitem ao homem exercer, o mais depressa possível e com a maior eficiência, uma arte ou uma profissão especial.

Toda educação, pois, que fugir, na época que atravessamos, a esse utilitarismo econômico, privativo e distinto, onde se alicerçam a grandeza, a cooperação e o estímulo da comunidade, é mera fantasia.

Por certo, a atividade peculiar do indivíduo na vida social — em que, por virtude das diferenças individuais e da divisão do trabalho, apresenta uma variedade extraordinária e onde não se pode dar uma vazia uniformidade que a todos atinje — exige uma adaptação de suas condições especialíssimas.

Daí o influir para o perfeito desempenho da função futura a disposição orgânica e psíquica do indivíduo.

Não se deve ser isto ou aquilo apenas porque o professor deseja, a sociedade exige ou quer o papai. Não; a profissão está ligada à capacidade de cada órgão, à força de cada função — é a resultante de disposições congênitas.

À escola cabe apenas conhecer a natureza do indivíduo, completar e melhorar suas tendências, ativar suas energias, orientá-lo, enfim, no desempenho do papel que lhe cabe na vida.

Sem dúvida, o progresso científico cada vez mais extenso e intenso e os conhecimentos cada vez mais vastos que se exigem dos jovens para os tornar aptos ao exercício das diversas profissões e dos diversos ofícios sociais fazem que seja cada vez mais difícil a tarefa do mestre e muito mais ainda a dos dirigentes do ensino.

Determinadas as aptidões individuais de cada aluno e as necessidades de cada profissão, é preciso, para um trabalho perfeito, saberem-se as exigências e as carências do meio. O valor econômico das profissões tem, portanto, uma importância capital, porque, por maior que seja a vocação para uma carreira, desde que ela não tenha futuro, não é possível que seja aconselhada.

É, pois, do conhecimento das aptidões físicas, intelectuais e morais do indivíduo e da boa ou má escolha da profissão que se lhe inculque que dependerá a obra técnico-social da escola.

A civilização que se esboroa na velha Europa bem está a indicar o caminho a seguir. A grandeza moral e material da nossa pátria não está no número de suas baionetas nem de seus canhões, mas na vitória das suas escolas, escolas que lhe forneçam homens e trabalhadores conscientes e incorruptíveis, enérgicos e inteligentes, destros nos complexos misteres da vida, capazes de, rasgando o solo, fecundar a terra; cortando o espaço, encurtar as distâncias; rompendo as águas, melhorar a indústria e o comércio; robustecendo o corpo, melhorar a raça; enriquecendo o espírito, fruir os encantos de uma vida superior.

É de escola nova que precisamos. Mas de escola nova brasileira, para o povo brasileiro, com ideais brasileiros e com os recursos brasileiros. De escola nova que prepare, dirija e fortaleça o nosso povo para a vida brasileira.

Não basta ensinar a ler; é preciso ensinar e habituar o brasileiro a trabalhar. Em regra geral, a nossa tendência é para a lei do mínimo esforço. Ao comércio e à indústria preferimos o funcionalismo. Enquanto o estrangeiro que aqui chega procura progredir e mesmo enriquecer pelo trabalho ativo e constante, o brasileiro se contenta com um emprego público e a doce visão de um acesso fácil.

A escola, pois, há de ensinar a trabalhar. O comércio como a indústria, as oficinas como os laboratórios estão a reclamar auxiliares competentes, e nós só podemos fornecer-lhes homens incompletos.

A Escola Nova brasileira, de ciclo integral completo, deve ser essencialmente ativa, experimental, prática, utilitária e produtiva, de processo gradual intensivo e progressivo, de fim higiênico, moral, cívico e social. Deve desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes. Deve ser um mundo em miniatura, a imagem da vida.

Só a Escola Nova será capaz de fornecer ao Brasil homens vigorosos e sãos, inteligentes e bons, não com o cérebro recheado de teorias, de fórmulas e preceitos, mas de conhecimentos práticos, habituados a trabalhar, a bastar-se a si próprios, a vencer por si as dificuldades e a ter consciência exata do seu valor e do seu poder.

EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL

Alvaro Guimarães Filho
Liga Paulista de Higiene Mental

Não poderia de forma alguma a Liga Paulista de Higiene Mental deixar passar despercebida uma ocasião única como esta, em que, na florescente capital do nosso coirmão e vizinho Estado do Paraná, reúne-se para tratar de assunto da mais alta importância para o nosso querido Brasil, ou seja, do magno problema da nossa educação, toda a flor ou a essência puríssima do professorado brasileiro, representado pelos dignos delegados de quase todos os estados da Federação, sem trazer para esta assembléia, com a divulgação da sua existência, a lembrança do papel importantíssimo que desempenha e deve desempenhar o professor em Higiene Mental.

Começaremos estudando em suas linhas gerais a importância que deve ter para o professor os conhecimentos dos princípios fundamentais em que se esteiam a higiene e a profilaxia mental.

Constitui-se preceito básico o de que as moléstias do sistema nervoso, quer nervosas, quer mentais, na sua grande maioria, desde que tragam perturbações celulares tais que venham modificar a estrutura íntima de alguns dos seus principais órgãos, estes não mais se regenerarão por serem tecidos definitivos.

Sendo assim, vemos logo o objetivo principal do que chamamos Higiene Mental, isto é, a parte da Higiene que estuda por todos os meios e modos as causas imediatas ou longínquas que venham perturbar o psiquismo humano; investiga quais os principais meios de o salvar, o que constitui a profilaxia; e trata, finalmente, de divulgar em todos os meios sociais os frutos de seus trabalhos, para o bem da saúde mental dos nossos semelhantes.

Estas idéias que, há muito, vêm preocupando a humanidade, teve no Brasil a melhor das acolhidas, e hoje podemos dizer que andamos em tal terreno à frente de muitos dos povos os mais civilizados do velho e do novo mundo.

Antevemos desde já, dada a importância do problema, que esta assembléia de profissionais saberá compreender o nosso intuito e incluí-lo no programa de seus futuros estudos.

O professor é a primeira autoridade que encontra a criança fora do lar paterno, e a influência que ele passa a exercer em sua personalidade, não apenas nas horas escolares, mas durante toda a sua infância, se refletirá certamente em toda a sua vida.

Mas para o professor se utilizar dessa situação privilegiada em face dos problemas que devem interessar à mentalidade da criança, ele deve, antes que tudo, começar pelo estudo cuidadoso das causas de moléstias mentais.

A sífilis, tão espalhada em nosso meio, atingindo o sistema nervoso, manifesta-se sob duas formas: a sífilis cerebral, produto da sifilização dos vasos que irrigam o tecido nervoso, e o grupo das moléstias meta ou parassifilíticas, representadas pela tabes e pela paralisia geral.

Estas moléstias têm zombado de toda a terapêutica moderna, continuando a ser consideradas incuráveis, se bem que ultimamente se começa a obter um pouco de esperanças nos resultados da malarioterapia no mal de Bayle; mas elas nada mais são que o produto último da infecção sífilítica, fácil de ser reconhecida a tempo, mesmo pelos que não são profissionais na arte de curar, dependendo apenas do reconhecimento de certos sintomas que servem de sinal de alarme de tão insidioso mal.

A lues hereditária ou adquirida, conhecida prematuramente antes das manifestações acima citadas, é moléstia curável, e quem a cura não só defende o organismo doente, mas ainda, o que é mais importante, apaga um foco de disseminação da moléstia entre os que lhes são mais caros, isto é, os que o rodeiam ou os que são seus descendentes.

Se volvemos nossa atenção para um outro grande flagelo da humanidade que é a tuberculose, lá vamos encontrar as manifestações cerebrais, sob as formas de meningo-encefalite tuberculosa, tubérculos dos centros nervosos ou simplesmente a excitação devida às toxinas bacterianas provenientes de outros órgãos.

Aqui são os preceitos gerais da Higiene que nos ensinaram como podemos nos defender da peste branca, que não contente com o aparelho respiratório, seu ponto de eleição, muitas vezes traz a sua contribuição na porcentagem dos habitantes dos hospícios.

→ Como esses, muitos outros fatores, entre os quais salientam-se o álcool, as infecções, as auto-intoxicações, a hereditariedade, o casamento consanguíneo e muitos outros, que são as causas das perturbações nervosas.

Se bem que à primeira vista pareça um todo complexo e variadíssimo o problema etiológico das moléstias mentais, vemos entretanto um ponto importante em que todas se unem, agindo de maneira única.

Qualquer que seja a causa, ela trará apenas, variando na intensidade, perturbações mais ou menos graves, mas quase sempre definitivas, para o sistema nervoso.

Só há uma maneira prática de impedir essas manifestações mórbidas: evitar as causas das moléstias pelos preceitos da profilaxia.

São esses preceitos que devem interessar ao professor, não apenas para seu uso pessoal, mas administrados quase todos os dias, nos mais diversos assuntos de suas aulas e em todas as ocasiões oportunas, aos jovens desprotegidos pela idade e pela resistência física nessa época de transições, quando mais estão sujeitos às influências das várias causas de moléstias.

Passada a primeira infância no lar paterno, onde o psiquismo da criança começa a desabrochar e mostrar as suas primeiras tendências, é ao entrar na sua segunda infância que geralmente ela vem ter aos mestres, a princípio nos jardins de infância e depois no curso primário.

Não é de todo necessário lembrar que a vida da criança passa nesse tempo por várias fases. Começa por ser bruscamente levada para um meio inteiramente diverso, a que esse ser tem que se submeter adaptando-se às novas condições.

A Pedagogia nunca deixa de cada vez mais estudar a adaptação escolar, e não é preciso dizer a importância que teriam neste ponto os preceitos e os conhecimentos da Higiene Mental para guiá-la em tão difícil tarefa.

O desenvolvimento psíquico da criança começa então a se desenvolver, não mais apenas estimulado pelas sensações variadas do meio que a cerca, mas guiado pelos preceitos dos métodos pedagógicos.

Destes, tudo depende. Se a criança é sadia, física e psiquicamente, poderá, é verdade, muitas vezes resistir às influências de um método vicioso, mas sempre será prejudicada, pois não colherá os resultados que o ensino deve produzir; mas se os métodos pedagógicos viciados ou mal orientados encontrarem crianças débeis, o mal não será apenas o não aproveitamento do ensino, mas, ainda, agravamento, muitas vezes irreparável, da debilidade de que são portadoras.

No desenvolvimento psíquico, pensamos que é a vontade que mais sofre a influência da escola. É a obrigatoriedade diária da frequência, dos temas e exercícios impostos pelos professores, que devem ser preparados em prazos certos e determinados; são os preceitos de ordem, que obrigam a calar e a largar as distrações e divertimentos pelos superiores, que mais vêm modificar ou perturbar a vontade da criança.

Ou ela se adapta e submete a sua vontade ao novo regime, educando-se e aprendendo normas que lhe serão preciosas na vida futura, ou ela não se adaptará, tornando-se um elemento pernicioso na escola e, o que é mais importante, sofrendo diária e freqüentemente, a cada ordem ou reprimenda, um choque que vem, cada vez mais, afastar o seu psiquismo do meio escolar. Esses são os conhecidos anormais, quase que geralmente portadores de uma debilidade mental, fruto, na maioria dos casos, exclusivo do alcoolismo e da sífilis de seus ascendentes.

Para compreendermos bem o débil mental, é necessário lembrar a classificação, mais ou menos empírica, que a Psiquiatria estabelece para agrupá-los ou separá-los segundo o grau de perturbação; é assim que temos: a debilidade mental propriamente dita, a imbecilidade e a idiotia.

Desnecessário se torna dizer que não há um limite nítido entre uma e outra forma de debilidade, e um doente muitas vezes é classificado entre uma e outra ou em duas das divisões, de acordo com a orientação daquele que o examina ou que o julga.

O psiquiatra, quando necessita fazer o estudo do anômalo mental, recorre aos variados e já tão difundidos testes de Binet, que os senhores professores tanto conhecem.

Por esses testes, não só podemos conhecer a debilidade mental geral, mas também as anomalias mentais parciais; assim, há os que, sendo normais para as várias disciplinas que compõem o programa escolar, são entretanto incapazes de aprender ou compreender tudo o que se diz respeito à matemática.

Além desses testes, que muitas vezes só servem para distinguir os que estão pouco desviados da normalidade, não podendo, por mais simples que sejam, ser compreendidos pelos grandes anormais, os psiquiatras usam processos mais práticos com os quais podem julgar da incapacidade do examinado.

Desses, o professor Franco da Rocha muitas vezes se utilizava, mandando o doente ou transmitir um recado ou reconhecer as moedas ou as cores, classificando os grandes anômalos mentais, em casos de êxito, em imbecilidade e, em caso de incapacidade para esses misteres, em idiotia.

Mas qualquer que seja a forma pela qual o professor ou o psiquiatra classifique os anômalos, estes, sob o ponto de vista pedagógico, dividem-se em dois grandes grupos: 1) os que são susceptíveis de receber instrução comum, isto é, a instrução dos normais; e 2) os grandes anormais.

Os primeiros são os chamados retardados, cujo desvio mental é pouco acentuado mas que os impede de seguir a marcha normal em curso comum. Esses, entretanto, podem muito bem aprender, com os mesmos métodos, tudo que é ensinado no curso oficial, dependendo apenas de mais tempo que o normalmente utilizado para adquirir aqueles conhecimentos. É o que os americanos chamam de *special division*, em que cada escola tem uma sala apropriada e um professor encarregado de administrar lentamente todo o programa oficial, até que seus alunos sejam capazes de aprender convenientemente.

Os anômalos em grau mais adiantado, os chamados grandes anormais, não aprendem mesmo na *special division* e merecem um cuidado todo especial, pois saem inteiramente da norma habitual e devem ser educados por professores especializados, constituindo o curso para anormais, quase sempre feito em escolas hospitalares, onde o trabalho do professor, do psiquiatra e do psicólogo se reúnem para dar a cada doente direção particular que consiga transformar aquela criança doente em um ser raciocinante e útil no meio em que vive.

Pedimos vênias aos senhores congressistas para transcrever na íntegra o parecer do nosso presidente, doutor A. C. Pacheco e Silva, no relatório apresentado ao senhor secretário do interior do Estado de São Paulo, a 24 de dezembro de 1924, por ocasião da volta de sua viagem de estudos, sobre a organização de hospitais para alienados no Brasil.

Cerca de 60.000 anormais recebem assistência em institutos especiais nos Estados Unidos.

Nas escolas para anormais daquele país, magníficos institutos científicos, os métodos médico-pedagógicos são empregados com resultados surpreendentes.

O problema dos deficientes mentais constitui, no dizer de Walter E. Fernald, um dos grandes problemas sociais e econômicos da civilização moderna. Uma democracia inteligente não pode descuidar de semelhante questão, que envolve grande número de pessoas, famílias e comunidades que vivem na maior miséria e passam toda sorte de privações.

Múltiplas razões há, segundo os americanos, para que esse problema seja solucionado de modo formal e definitivo, obedecendo a um programa previamente traçado. Não é possível resolvê-lo mercê de uma simples fórmula prevista num único parágrafo de legislação.

Trata-se de um problema extraordinariamente complexo, que importa considerar, de acordo com a idade e o sexo, o grau e gênero das anomalias, sem desprezar a influência da hereditariedade mórbida e das condições sociais em que vivem os anômalos mentais.

Não padece dúvida que aos estados da União cumpre facilitar todos os meios necessários ao desenvolvimento das instituições que se destinam ao tratamento médico-pedagógico dos fracos de espírito, não só considerando que assim procedendo fazem obra de humanidade e justiça, como

também que os resultados obtidos suprem, com sobras, as despesas feitas com uma assistência bem organizada.

A experiência dos Estados Unidos demonstra que os anômalos, convenientemente assistidos desde a infância, protegidos contra as influências sociais, orientados e educados de acordo com a capacidade de cada um, podem, ao atingir a idade adulta, adquirir bons costumes e prestar serviços na indústria e na agricultura, provendo as próprias necessidades.

O primeiro passo a dar num país como o nosso, onde o problema até hoje não mereceu atenção dos poderes competentes, consiste em organizar um censo exato dos anômalos mentais existentes em cada Estado.

Bem sabemos que espíritos vivem a proclamar a ineficiência do tratamento médico-pedagógico aplicado aos anômalos. Essa idéia está por tal forma arraigada ao nosso espírito, que os próprios médicos vivem a proclamá-la. Entretanto, ainda nenhuma tentativa nesse sentido se fez no Brasil, onde uma enorme legião de anormais vive ao desamparo, no maior abandono. Quando os resultados dessa incúria levam esse infelizes a praticar reações anti-sociais, nas mais das vezes evitáveis se eles fossem convenientemente assistidos, só então deles se lembra o Estado, seqüestrando-os nas penitenciárias ou nos hospícios. E é essa a única assistência que por enquanto eles recebem no nosso meio. O projeto ora em andamento no Congresso do Estado autoriza o governo a criar uma seção especial para o tratamento médico-pedagógico desses infelizes. Idêntico projeto se encontra no Congresso Nacional, amparado pela voz autorizada de médicos eminentes, que também clamam pela assistência aos anômalos mentais.

Estamos certos de que o patriotismo dos nossos legisladores não consentirá que esse problema, até aqui tão descuidado, continue sem solução, para que as gerações de amanhã não venham nos acobardar de imprevidentes e descuidosos.

Os senhores professores hão de concordar conosco quão importante é o problema da educação dos anormais, principalmente desses psicopatas incapazes de aprender por si só, por não terem a saúde mental necessária, tampouco capazes de aprender por outrem, visto não termos nem escolas nem profissionais especializados que os saibam ensinar, e portanto condenados, por uma culpa que não têm, a serem os infelizes povoadores das prisões e dos hospícios.

Pelos simples enunciados desses importantes problemas, estamos certos de que eles volverão a lembrança dos senhores professores para o papel que devem desempenhar na sociedade e, principalmente na alta classe dos educadores brasileiros, essas questões que a Higiene Mental vem, todos os dias, debatendo e difundindo, para a obtenção de melhores dias para a mentalidade nacional.

Vejamos agora uma outra face do problema: o papel que o professor deve desempenhar em Higiene Mental.

O professor é, antes de tudo, um dos grandes elementos de que dispõe a sociedade para salvaguardar os seus interesses, principalmente os de ordem intelectual e moral.

Ele recebe os meninos das mais baixas classes sociais para ministrar-lhes, além da instrução primária ou secundária, também os princípios da educação, a começar dos mais rudimentares; e também tem entrada nos lares dos nobres e afortunados da sorte para, igualmente, instruir e levantar o nível intelectual de seus filhos. Entre uns e outros, há todas as classes sociais recorrendo diária e continuamente ao professor, para dar-lhes, além da instrução, também a educação.

O professor é o educador por excelência, porque sempre que dele nos avizinhamos é para aprender alguma coisa, mesmo quando estamos bem longe dos bancos escolares.

O principal fim da Higiene, e portanto da Higiene Mental, não é outro que a instrução sobre a maneira como se propagam, de onde provêm, como devemos combater ou como podemos evitar as moléstias.

Sem a instrução e sem a educação não há higiene, e podemos dizer que o professor bem orientado é o braço direito do higienista. Este age no próprio foco da infecção; aquele tem o papel de preparar o terreno para que a moléstia não se alastre, transformando, pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal.

O professor não deve contentar-se com a instrução de seus alunos, mas deve procurar incutir-lhes tão profundamente essas idéias de profilaxia, que os transforme em propagandistas de seus princípios no seio da família.

Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família que se tornarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia, conseguindo assim a Higiene alcançar o seu fim.

Como um simples exemplo de atualidade da influência que pode ter a educação para a saúde, e principalmente para o sistema nervoso, temos o problema do alcoolismo, que, apesar de interessar e preocupar todos os meios sociais, ainda está para ser resolvido.

Entre os muitos processos até hoje usados para combater os efeitos maléficos do alcoolismo, ocupa a primeira plana, pelo seu vulto e vigor, a já célebre lei seca dos Estados Unidos da América do Norte.

Esta lei proibitiva, que tem custado não só toda a perspicácia e muitas vidas de seus executores, mas também milhões de ouro e de energia, não conseguiu pela força a abstinência do álcool.

Hoje conhecemos os resultados maléficos que ela nos trouxe aumentando o uso do álcool, principalmente do álcool impuro e tóxico, o que redundou no aumento da porcentagem dos alcoolistas e na maior gravidade dos casos em quase todos os hospitais americanos.

No Brasil, nem de longe devemos pensar em imitar uma lei como essa, que quase só trouxe malefícios e discórdias à grande nação americana, dada a impraticabilidade devida às condições do nosso meio.

O problema do álcool, segundo a maioria dos higienistas modernos, não será solucionado enquanto o professor não tomar a si o cuidado de resolvê-lo.

Dois são os fatores que devem guiar os dirigentes de uma campanha contra o álcool: o primeiro é a seleção das bebidas alcoólicas, tendo por fim só serem admitidas no comércio aquelas de composição adequada, isto é, que tenham baixa porcentagem de álcool ou que não contenham impurezas, principalmente do grupo dos aldeídos e dos paraldeídos; o segundo é a instrução do povo: ensinando os efeitos do álcool, quer imediatos — a intoxicação aguda ou embriaguez —, quer mediatos — lesões do fígado e do sistema nervoso —, demonstrando

que as intoxicações agudas são causadas pelas altas doses ou por bebidas impuras ou mal preparadas e que as perturbações crônicas são devidas às doses pequenas, mas freqüentes, e ditando a norma que devem seguir, isto é, não exigindo a abstinência absoluta, mas condenando o abuso.

Bastaria a lembrança de que, dos quase mil sentenciados da Penitenciária de São Paulo, apenas um não era alcoólatra, para que empregássemos todos os nossos esforços para impedir que o álcool continue a contribuir em tão alta escala para a criminalidade em nosso meio; mas isto só conseguiremos se o professorado quiser tomar a vanguarda da cruzada, instruindo e educando os nossos homens de amanhã.

Como o alcoolismo, muitos outros problemas a serem resolvidos pela Higiene Mental dependem do professor, principalmente as importantes questões que dizem respeito à direção dos anormais e à orientação profissional. Eles todos dependem de três fatores, como já dissemos mais acima — do professor, do psicólogo e do psiquiatra —, mas estamos certos de que é ao professor que está reservada a principal e mais árdua tarefa da realização e execução destas questões, que achamos de interesse vital para o Brasil.

CONCLUSÕES

Do exposto, verifica-se que seria da maior conveniência e atualidade que a I Conferência Nacional de Educação chamasse a atenção do professorado brasileiro, pelos meios que entender mais profícuos, para o problema importantíssimo da Higiene Mental na escola.

Além dessa questão de ordem geral, resultaria de grande conveniência a propaganda direta e permanente das escolas para anormais, de que não se tem cuidado no Brasil como se devia.

TESE Nº 83

CONTRIBUIÇÃO PARA A PROFILAXIA DO IMPALUDISMO NO MEIO ESCOLAR

Carlos Mafra Pedroso

Inspeção Médica Escolar — Curitiba, PR

Um dos problemas mais sérios para o serviço de inspeção escolar é a campanha pela profilaxia do impaludismo.

Numerosos são os casos observados no meio escolar, principalmente no litoral, onde a moléstia é endêmica, favorecida por tantos elementos que a cercam, e ainda mais, pela falta de conhecimento dos meios de como evitar e pela carestia de recursos, ou para adquirir os medicamentos ou para pôr em prática as medidas necessárias ao aniquilamento desse mal.

09.11.06

degradação,

Resumo

- Validade das teses - incitace a pensar o presente.
- Questões que podem ser exploradas num aprofundamento de estudos.

- Falta definir os conceitos (Macro), para localizar neste debate a singularidade das teses recolhidas.
- Aprofundar as relações entre a local e a higiene / educação e a exigência.
- Qual o projeto de civilização dos congressistas (na medida em que eles pensam em ensinar, educar, unir)?
- Pensar: Coerência, moralidade, relação direta com enunciados religiosos.
- Discutir formalmente os noções de mapa e território
- Pedir a extrema rigidez das teses - o que não foi cumprido na prática monográfica. Retornado no 2.º cap de questões foi abordado no 1.º capítulo.
- Fragilidade de abordagem acerca de Escola Nova, de lá aprofundamento da análise.

[Na atualidade, as teses exigências não são defendidas. Serão as delas aparelecem no presente como um neo-doutrina, as da sua retomadas em novas chaves, por conta das novas tecnologias. Será que a exigência se tem hoje outras face?]

Instituições

- Teses: espaços discursivos de invenção de modos de educação e de civilização.
- conceitos para amadurecer a investigação → apontar novas possibilidades.
- Ver a presença da história apesar a ser dito.
- Pensar as teses como fontes.
- Valorizar de fonte impressa - um canal textual no si w. E proprio.
- Recortar tematicamente as fontes. P. ex: paranoias.
- Ver Exponção e Conferência de 1922 como relictos de experiências do século XIX e com a ideia de debate, tensão entre saber / poder. Compõem como espaço de terrore.
- Carteira, p. ex, a Monarquia full.
- Notar a origem de falsos dos autores: quem eles eram? Romper a linearidade: todos os autores têm sua circularidade. Das teses, discutir por interesses e contextos de abaco. Momento de reedição de fonte e de educação.
- Ressaltar o campo temo que vai a ele e a sonda.